

THE UNITED STATES OF BRAZIL.

HISTORICAL NOTES.

Brazil was an Empire until November 15, 1889, when in a single day, and without bloodshed, the monarchy was overthrown.

Emperor DOM PEDRO II abdicated the Crown, and a republic was established on the basis of the federation of the provinces raised to the condition of States.

The States are: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espirito Santo, Goyaz, Maranhão, Matto-Grosso, Minas Geraes, Pará, Parahyba, Paraná, Pernambuco, Piahy, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catharina, São Paulo, Sergipe.

LIST OF IMPORTANT BOOKS TO BE CONSULTED IN REFERENCE TO THE CONSTITUTION OF BRAZIL.

- Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, acompanhada das leis organicas publicadas desde 15 de Novembro de 1889. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1891. (Official publication.)
- FREIRE, FELISBELLO. Historia Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, 1894.
- AROSEMENA, JUSTO. Estudios constitucionales sobre los Gobiernos de la América latina. Paris, 1878.
- RODRIGUES, JOSÉ CARLOS. Constituição politica do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro. 1863.
- Paginas d'Historia constitucional do Brasil. 1840-1848. Rio de Janeiro. 1870.

CONSTITUTION.

(February 24, 1891.)

Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

TITULO I.

DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

ARTIGO 1. A Nação Brasileira adopta como forma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa, proclamada a quinze de Novembro de mil oitocentos oitenta e nove, e constitue-se, por união perpetua e indissolvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil.

ART. 2. Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a capital da União emquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

ART. 3. Fica pertencente á União, no planalto central da Republica, uma zona de quatorze mil quatrocentos kilometros quadradados, que será opportunamente demarcada para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.

We, the representatives of the Brazilian people, assembled in constitutional convention for the purpose of organizing a free and democratic government, do hereby establish, decree, and promulgate the following Constitution for the Republic of the United States of Brazil.

TITLE I.

THE FEDERAL ORGANIZATION.

PRELIMINARY PROVISIONS.

ARTICLE 1. The Brazilian Nation adopts for its government the Federal republican representative form, as proclaimed on the fifteenth of November, eighteen hundred and eighty-nine, and constitutes itself, by the perpetual and indissoluble union of its former Provinces, into the United States of Brazil.

ART. 2. Each of the former Provinces shall constitute a State, and the former neutral municipal district shall form the Federal District, continuing to be the capital of the Union until the provisions of the following article shall be put into effect.

ART. 3. A zone fourteen thousand four hundred kilometers square, situated in the central plateau of the Republic, which shall be hereafter marked off, shall be set apart, as property of the Union, and on this site the future Federal capital shall be established.

Paragrapho unico. Effectuada a mudança da capital, o actual Districto Federal passará a constituir um Estado.

ART. 4. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se annexar a outros ou formar novos Estados, mediante acquiescencia das respectivas Assembleas Legislativas, em duas sessões annuaes successivas, e approvação do Congresso Nacional.

ART. 5. Incumbe a cada Estado prover, a expensas proprias, ás necessidades de seu governo e administração: a União, porem, prestará soccorros ao Estado que, em caso de calamidade publica, os solicitar.

ART. 6. O Governo Federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo:

1º. Para repellar invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º. Para manter a forma de governo republicana federativa;

3º. Para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, á requisição dos respectivos governos;

4º. Para assegurar a execução das leis e sentenças federaes.

ART. 7. É da competencia exclusiva da União decretar:

1º. Impostos sobre a importação de procedencia estrangeira;

2º. Direitos de entrada, sahida e estada de navios, sendo livre o commercio de cabotagem ás mercadorias nacionaes, bem como ás estrangeiras que já tenham pago imposto de importação;

3º. Taxas de sello, salvo a restricção do artigo 9, paragrapho 1, No. 1.

4º. Taxas dos correios e telegraphos federaes.

Paragrapho 1º. Tambem compete privativamente á União.

1º. A instituição de bancos emissores.

Sole paragraph. When the capital has been moved there, the present Federal District shall constitute a State.

ART. 4. The States shall have the power to annex themselves to each other; subdivide or dismember themselves to join with others or form new States, provided that this is done with the consent of the respective local legislatures given in two successive annual sessions, and the approval of the National Congress.

ART. 5. Each State shall, at its own expense, provide for the needs of its own government and administration; the Union, however, shall lend aid to a State in case of public calamity if it asks for assistance.

ART. 6. The Federal Government shall not interfere in matters pertaining peculiarly to the States, save:

1. To repel foreign invasion, or the invasion of one State by another.

2. To maintain the federal republican form of government.

3. To reestablish order and tranquillity in the States, at the request of their respective governments.

4. To secure the execution of the Federal laws and judgments.

ART. 7. It is the exclusive prerogative of the Union to decree:

1. Duties on imports from foreign countries.

2. Duties of entry, departure and stay of vessels; but the coasting trade for national articles shall be free of duties, as is also free foreign merchandise which has already paid an import duty.

3. Stamp duties, save the restriction mentioned in article 9, paragraph 1, No. 1.

4. Federal postal and telegraph taxes.

Paragraph 1. The Union shall also have exclusive power:

1. To establish banks of issue.

2°. A criação e manutenção de alfandegas.

Paragrapho 2°. Os impostos decretados pela União devem ser uniformes para todos os Estados.

Paragrapho 3°. As leis da União, os actos e as sentenças de suas autoridades serão executados em todo o paiz por funcionarios federaes, podendo, todavia, a execução das primeiras ser confiada aos governos dos Estados, mediante annuência destes.

ART. 8. É vedado ao Governo Federal crear, de qualquer modo, distincções e preferencias em favor dos portos de uns contra os de outros Estados.

ART. 9. É da competencia exclusiva dos Estados decretar impostos.

1°. Sobre a exportação de mercadorias de sua propria produção.

2°. Sobre immoveis ruraes e urbanos.

3°. Sobre transmissão de propriedade.

4°. Sobre industrias e profissões.

Paragrapho 1°. Tambem compete exclusivamente aos Estados decretar:

1°. Taxas de sello quanto aos actos emanados de seus respectivos governos e negocios de sua economia.

2°. Contribuições concernentes aos seus telegraphos e correios.

Paragrapho 2°. É isenta de impostos, no Estado por onde se exportar, a produção dos outros Estados.

Paragrapho 3°. Só é licito a um Estado tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas ao consumo no seu territorio, revertendo, porem, o producto do imposto para o Thesouro Federal.

Paragrapho 4°. Fica salvo aos Estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os di-

2. To create and maintain custom-houses.

Paragraph 2. Taxes levied by the Union shall be uniform for all the States.

Paragraph 3. The laws of the Union and the acts and decrees of its authorities shall be enforced throughout the whole country, by Federal officials; but the execution of the Federal laws may be entrusted to the governments of the States, if they consent thereto.

ART. 8. The Federal Government is forbidden to make distinctions and preferences in favor of the ports of some of the States against those of others.

ART. 9. The States alone are competent to decree taxes:

1. On the exportation of merchandise produced in their own States.

2. On country and city real estate.

3. On the conveyance of property.

4. On industries and professions.

Paragraph 1. The States shall also have the exclusive right to decree:

1. Stamp taxes affecting acts emanating from their respective governments and their internal affairs.

2. Contributions relating to their postal and telegraphic service.

Paragraph 2. The products of one State are exempted from imports in any other State from which they may be exported.

Paragraph 3. It is lawful for a State to levy duties on imports of foreign goods only when intended for consumption in its own territory; and it shall, in such case, turn over to the Federal treasury the amount of duties collected.

Paragraph 4. The States have the right to establish telegraphic lines between different points of

versos pontos de seus territorios, e entre estes e os de outros Estados que se não acharem servidos por linhas federaes, podendo a União desapropriar-as, quando for de interesse geral.

ART. 10. É prohibido aos Estados tributar bens e rendas federaes ou serviços a cargo da União, e reciprocamente.

ART. 11. É vedado aos Estados, como á União:

1º. Crear impostos de transito pelo territorio de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre productos de outros Estados da Republica ou estrangeiros, e bem assim sobre os vehiculos, de terra e agua, que os transportarem.

2º. Estabelecer, subvencionar ou embarçar o exercicio de cultos religiosos.

3º. Prescrever leis retroactivas.

ART. 12. Além das fontes de receita discriminadas nos artigos 7 e 9º, é lícito á União, como aos Estados, cumulativamente ou não, crear outras quaesquer, não contravindo o disposto nos artigos 7, 9 e 11, No. 1.

ART. 13. O direito da União e dos Estados de legislarem sobre viação ferrea e navegação interior será regulado por lei federal.

Paragrapho unico. A navegação de cabotagem será feita por navios nacionaes.

ART. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionaes permanentes, destinadas á defesa da patria no exterior e á manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierarchicos, obrigada a sustentar as instituições constitucionaes.

their own territories, and between these points and those of other States which are not provided with a Federal telegraphic service, it being understood, however, that the Union may acquire the ownership thereof when so required by the general interest.

ART. 10. It is prohibited to the States to levy taxes on Federal property or revenue, or on services in charge of the Union, and vice versa.

ART. 11. It is forbidden to the States, as well as to the Union:

1. To impose duties on the products of a State, or of a foreign country, when in transit through the territory of another State, or going from one State to another, or on the vehicles, whether by land or water, by which they are transported.

2. To establish, subsidize or embarrass the exercise of religious worship.

3. To enact *ex post facto* laws.

ART. 12. In addition to the sources of revenue set forth in articles 7 and 9, it shall be lawful for the Union, as well as for the States, cumulatively or otherwise, to create any others whatsoever, provided that they are not in contravention of the terms of articles 7, 9, and 11, No. 1.

ART. 13. The right of the Union and of the States to legislate in regard to railways and navigation of internal waters shall be regulated by Federal law.

Sole paragraph. Coastwise navigation shall be carried on by national vessels.

ART. 14. The land and naval forces are permanent national institutions, intended for the defense of the country from foreign attack and the maintenance of the laws of the land. Within the limits of the law, the armed forces are from their nature bound to obey their hierarchical superiors, and to support the constitutional institutions.

ART. 15. São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.

ART. 15. The legislative, executive and judicial powers are organs of the national sovereignty, harmonious with each other, and independent among themselves.

SECÇÃO I.

Do Poder Legislativo.

CAPÍTULO I.

Disposições geraes.

ART. 16. O poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da Republica.

Paragrapho 1º. O Congresso Nacional compõe-se de dois ramos: a Camara dos Deputados e o Senado.

Paragrapho 2º. A eleição para Senadores e Deputados far-se-há simultaneamente em todo o paiz.

Paragrapho 3º. Ninguém pode ser, ao mesmo tempo, Deputado e Senador.

ART. 17. O Congresso reunir-se-há, na Capital Federal, independentemente de convocação, a tres de Maio de cada anno, si a lei não designar outro dia, e funcionará quatro mezes da data da abertura, podendo ser prorogado, adiado ou convocado extraordinariamente.

Paragrapho 1º. Só ao Congresso compete deliberar sobre a prorogação e adiamento de suas sessões.

Paragrapho 2º. Cada legislatura durará tres annos.

Paragrapho 3º. O Governo do Estado em cuja representação se der vaga, por qualquer causa, inclusive renuncia, mandará immediatamente proceder a nova eleição.

ART. 18. A Camara dos Deputados e o Senado trabalharão separadamente e, quando não se resolver o contrario por maioria de votos, em sessões publicas. As

SECTION I.

The legislative power.

CHAPTER I.

General provisions.

ART. 16. The legislative power is vested in the National Congress, subject to the approval of the President of the Republic.

Paragraph 1. The National Congress is composed of two branches, the Chamber of Deputies and the Senate.

Paragraph 2. The election for senators and for deputies shall be held simultaneously throughout the country.

Paragraph 3. No person shall be senator and deputy at the same time.

ART. 17. The Congress shall assemble in the Federal capital on the third day of May of each year without being convoked, unless another day is designated by law, and shall continue in session four months from the date of the opening, and may be prorogued, adjourned, or convoked in extraordinary session.

Paragraph 1. The Congress alone shall have the right to prorogue and adjourn its sessions.

Paragraph 2. Each Congress shall last three years.

Paragraph 3. When a vacancy occurs in the Congress on account of resignation or for any other reason, the respective State shall order immediately the election of a new member.

ART. 18. The Chamber of Deputies and the Senate shall meet separately and, unless otherwise determined by a majority vote, their sessions shall be public. A

deliberações serão tomadas por maioria de votos, achando-se presente em cada uma das Camaras a maioria absoluta dos seus membros.

Paragrapho unico. A cada uma das Camaras compete:

Verificar e reconhecer os poderes de seus membros.

Eleger a sua mesa.

Organizar o seu regimento interno.

Regular o serviço de sua policia interna.

Nomear os empregados de sua secretaria.

ART. 19. Os Deputados e Senadores são inviolaveis por suas opiniões, palavras e votos no exercicio do mandato.

ART. 20. Os Deputados e Senadores, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel. Nesto caso, levado o processo até pronuncia exclusiva, a auctoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.

ART. 21. Os membros das duas Camaras, ao tomar assento, contrahirão compromisso formal, em sessão publica, de bem cumprir os seus deveres.

ART. 22. Durante as sessões vencerão os Senadores e os Deputados um subsidio pecuniario igual, e ajuda de custo, que serão fixados pelo Congresso no fim de cada legislatura, para a seguinte.

ART. 23. Nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contractos com o Poder Executivo, nem delle

majority of votes shall be required to pass any measure in each chamber, provided there is a quorum consisting of an absolute majority of its members.

Sole paragraph. Each chamber shall have power:

To verify and accept the powers of its members.

To choose its officers.

To make the rules of its proceedings.

To provide for its own police service.

To appoint its clerks.

ART. 19. The deputies and senators can not be held to account for their opinions, expressions or votes in the discharge of their mandate.

ART. 20. Deputies and Senators, shall not be, from the time they have received their credentials until the new election, arrested or prosecuted criminally, without previous permission of the respective chamber, save in the case of unbailable in *flagrante delicto*. In this latter case, the court shall collect all the evidence in the case and submit it, together with the record of its proceedings, to the respective chamber, which, upon proper consideration shall decide whether or not an indictment is to be made, unless the accused shall choose to be tried immediately.

ART. 21. The members of the two chambers, on taking their seats, shall take a formal oath, in public session, to perform their duties faithfully.

ART. 22. During the sessions the senators and deputies shall be entitled to a salary and emoluments to be fixed by the Congress at the close of each legislature, for the succeeding one.

ART. 23. No member of Congress shall, from the day of his election, enter into contracts with the Executive power, or receive from

receber commissões ou empregos remunerados.

Paragrapho 1°. Exceptuam-se desta prohibição:

- 1°. As missões diplomaticas;
- 2°. As commissões ou commandos militares;
- 3°. Os cargos de accesso e as promoções legaes.

Paragrapho 2°. Nenhum Deputado ou Senador, porém, poderá aceitar nomeação para missões, commissões, ou commandos, de que tratam os Nos. 1 e 2 do paragrapho antecedente, sem licença da respectiva Camara, quando da aceitação resultar privação do exercicio das funções legislativas, salvo nos casos de guerra ou naquelles em que a honra e a integridade da União se acharem empenhadas.

ART. 24. O Deputado ou Senador não pode tambem ser presidente ou fazer parte de directorias de bancos, companhias ou empresas que gozem dos favores do Governo Federal, definidos em lei.

Paragrapho unico. A inobservancia dos preceitos contidos neste artigo e no antecedente importa perda do mandato.

ART. 25. O mandato legislativo é incompatível com o exercicio de qualquer outra função durante as sessões.

ART. 26. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

- 1°. Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistavel como eleitor;
- 2°. Para a Camara, ter mais de quatro annos de cidadão brasileiro, e para o Senado, mais de seis.

Esta disposição não comprehende os cidadãos a que refere-se o No. 4 do artigo 69.

ART. 27. O Congresso declarará, em lei especial, os casos de incompatibilidade eleitoral.

the same any salaried office or commission.

Paragraph 1. From this prohibition are excepted:

1. Diplomatic missions.
2. Positions in the military service.
3. Legal promotions.

Paragraph 2. No deputy or senator shall, however, accept missions, or positions in the military service, as provided for in Nos. 1 and 2 of the preceding paragraph, without first obtaining the permission of the respective chamber, when the acceptance precludes the member from exercising his legislative functions, except in cases of war or in those in which the honor and integrity of the Union are involved.

ART. 24. No deputy or senator shall be president or director of a bank, company, or enterprise which enjoys favors from the Federal Government defined by law.

Sole paragraph. Failure to observe the provisions contained in this and the preceding article signifies the loss of the mandate.

ART. 25. The office of senator or deputy is incompatible with all other functions whatsoever during the sessions.

ART. 26. The following are the conditions of eligibility to the National Congress:

1. To enjoy the rights of a Brazilian citizen and be entitled to be registered as an elector.
2. Candidates to membership of the chamber are required to have been Brazilian citizens for more than four years. Those wishing to be Senators need more than six years.

This provision does not include the citizens mentioned in No. 4 of article 69.

ART. 27. The Congress shall define, by a special law, the cases of ineligibility to Congress.

CAPITULO II.

Da Camara dos Deputados.

ART. 28. A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelos Estados e pelo Districto Federal, mediante o suffragio directo, garantida a representação da minoria.

Paragrapho 1º. O numero dos Deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse numero ser inferior a quatro por Estado.

Paragrapho 2º. Para este fim mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da Republica, o qual será revisto decennialmente.

ART. 29. Compete á Camara a iniciativa do adiamento da sessão legislativa e de todas as leis de impostos, das leis de fixação das forças de terra e mar, da discussão dos projectos offerecidos pelo Poder Executivo e a declaração da procedencia ou improcedencia da accusação contra o Presidente da Republica, nos termos do artigo 53, e contra os ministros de Estado, nos crimes connexos com os do Presidente da Republica.

CAPITULO III.

Do Senado.

ART. 30. O Senado compõe-se de cidadãos elegiveis nos termos do artigo 26 e maiores de trinta e cinco annos, em numero de tres Senadores por Estado e tres pelo Districto Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os deputados.

ART. 31. O mandato do Senador durará nove annos, renovando-se o Senado pelo terço triennialmente.

Paragrapho unico. O Senador eleito em substituição de outro ex-

CHAPTER II.

The Chamber of Deputies.

ART. 28. The Chamber of Deputies is composed of representatives of the people elected by the States and the Federal District, by direct suffrage, provided the representation of the minority be guaranteed.

Paragraph 1. The number of deputies shall be fixed by law and shall not exceed one for every seventy thousand, but each State shall have at least four deputies.

Paragraph 2. For this purpose the Federal Government shall order a census of the population of the Republic to be taken at once, which shall be renewed every ten years.

ART. 29. To the chamber belongs the initiative for the adjournment of the legislative session and of all laws touching the levying of taxes, the raising and fixing the number of the land and naval forces, the discussion of recommendations made by the Executive Power, and the decision of the question whether the President of the Republic should or should not be impeached, under the provisions of article 53, and whether the cabinet ministers should or should not also be impeached for crimes committed by them jointly with the President of the Republic.

CHAPTER III.

The Senate.

ART. 30. The Senate is composed of citizens eligible under the terms of article 26, who are over thirty-five years old. There shall be three senators for each State and three for the Federal District, all of them elected in the same way as the deputies.

ART. 31. The term of service of the senators shall be nine years, one-third of the Senate being renewed every three years.

Sole paragraph. The term of a senator elected in place of another

ercherà o mandato pelo tempo que restava ao substituído.

ART. 32. O Vice-Presidente da Republica, será Presidente do Senado, onde só terá voto de qualidade, e será substituído, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente da mesma Camara.

ART. 33. Compete privativamente ao Senado julgar o Presidente da Republica e os demais funcionarios federaes designados pela Constituição, nos termos e pela forma que ella prescreve.

Paragrapho 1°. O Senado, quando deliberar como tribunal de justiça, será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Paragrapho 2°. Não proferirá sentença condemnatoria senão por dous terços dos membros presentes.

Paragrapho 3°. Não poderá impor outras penas mais que a perda do cargo e a incapacidade de exercer qualquer outro, sem prejuizo da acção da justiça ordinaria contra o condemnado.

CAPITULO IV.

Das attribuições do Congresso.

ART. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional:

1° Orçar a receita, fixar a despesa federal annualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercicio financeiro;

2° Auctorizar o Poder Executivo a contrahir empréstimos e a fazer outras operações de credito;

3° Legislar sobre a divida publica e estabelecer os meios para o seu pagamento;

4° Regular a arrecadação e a distribuição das rendas federaes;

5° Regular o commercio internacional, bem como o dos Estados

shall continue during the remainder of the term of the senator replaced.

ART. 32. The vice-president of the Republic shall be the president of the Senate, where he shall vote only in case of tie, and shall be replaced, in case of absence or impediment, by the vice-president of that chamber.

ART. 33. The Senate alone has the power to try and pass sentence on the President of the Republic and the other Federal officers designated by the Constitution, under the conditions and in the manner which it prescribes.

Paragraph 1. The Senate, when sitting as a tribunal of justice, shall be presided over by the president of the Federal Supreme Court.

Paragraph 2. It shall not pass sentence of condemnation unless by two-thirds of the members present.

Paragraph 3. It shall not impose other penalties than the loss of office and disqualification to hold any other, without prejudice to the action of ordinary justice against the condemned.

CHAPTER IV.

Powers of the Congress.

ART. 34. The National Congress shall have exclusive power:

1. To estimate the revenue and fix the expenditures of the Federal Government annually and take accounts of the receipts and expenditures of each financial year.

2. To authorize the Executive Power to contract loans and transact other operations of credit.

3. To legislate in regard to the public debt and provide for its payment.

4. To control the collection and distribution of the Federal revenue.

5. To regulate international commerce as well as that of the

entre si e com o do Districto Federal, alfandegar portos, crear ou supprimir entrepostos;

6°. Legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais de um Estado, ou se estendam a territorios estrangeiros;

7°. Determinar o peso, o valor, a inscripção, o typo e a denominação das moedas;

8°. Crear bancos de emissão, legislar sobre ella e tributa-la;

9°. Fixar o padrão dos pesos e medidas;

10°. Resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes;

11°. Auctorizar o Governo a declarar guerra, si não tiver logar ou mallograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;

12°. Resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras;

13°. Mudar a capital da União;

14°. Conceder subsidios aos Estados na hypothese do artigo 5°;

15°. Legislar sobre o serviço dos correios e telegraphos federaes;

16°. Adoptar o regimen conveniente á segurança das fronteiras;

17°. Fixar annualmente as forças de terra e mar;

18°. Legislar sobre a organização do exercito e da armada;

19°. Conceder ou negar passagem a forças estrangeiras pelo territorio do paiz, para operações militares;

20°. Mobilisar e utilizar a guarda nacional ou milicia civica, nos casos previstos pela Constituição;

21°. Declarar em estado de sitio um ou mais pontos do territorio

States with each other and with the Federal district, establish custom-houses, create or abolish warehouses of deposit.

6. To legislate in regard to navigation of rivers running through more than one State or through foreign territory.

7. To determine the weight, value, inscription, type, and denomination of the coins.

8. To create banks of issue, legislate in regard to this issue, and levy taxes on it.

9. To fix the standard of weights and measures.

10. To determine definitely the boundaries of the States, the Federal District, and the national territory.

11. To authorize the Government to declare war, when arbitration has failed or can not take place, and to make peace.

12. To decide definitely in regard to treaties and conventions with foreign nations.

13. To change the capital of the Union.

14. To grant subsidies to the States in the case referred to in article 5.

15. To legislate in regard to the Federal postal and telegraph service.

16. To adopt the necessary measures for the protection of the frontiers.

17. To fix annually the number of the land and naval forces.

18. To regulate the organization of the army and navy.

19. To grant or refuse the passage of foreign forces through the territory of the country when intended for military operations.

20. To mobilize and make use of the national guard or militia in the cases provided for by the Constitution.

21. To declare a state of siege at one or more points in the national

nacional, na emergencia de aggressão por forças estrangeiras ou de commoção interna, e approvar ou suspender o sitio que houver sido declarado pelo Poder Executivo, ou seus agentes responsaveis, na ausencia do Congresso;

22°. Regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o paiz;

23°. Legislar sobre o direito civil, commercial e criminal da Republica e o processual da Justiça Federal;

24°. Estabelecer leis uniformes sobre naturalisação;

25°. Crear e supprime empregos publicos federaes, fixar-lhes as attribuições e estipular-lhes os vencimentos;

26°. Organisar a justiça federal, nos termos do artigo 55 e seguintes da secção III;

27°. Conceder amnistia;

28°. Commutar e perdoar as penas impostas, por crimes de responsabilidade, aos funcionarios federaes;

29°. Legislar sobre terras e minas de propriedade da União;

30°. Legislar sobre a organização municipal do Districto Federal, bem como sobre a policia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o Governo da União;

31°. Submetter á legislação especial os pontos do territorio da Republica necessarios para a fundação de arsenaes ou outros estabelecimentos e instituições de conveniencia federal;

32°. Regular os casos de extradição entre os Estados;

33°. Decretar as leis e resoluções necessarias ao exercicio dos poderes que pertencem á União;

34°. Decretar as leis organicas para a execução completa da Constituição;

territory, in the emergency of an attack by foreign forces or internal disturbance, and to approve or suspend the state of siege declared by the Executive Power or its responsible agents when made in the absence of the Congress.

22. To establish the conditions and methods of elections for Federal offices throughout the country.

23. To legislate in regard to the civil, commercial, and criminal laws of the Republic, and of the law of Federal procedure.

24. To establish uniform laws on naturalization.

25. To create and abolish Federal public offices, to fix the duties of the same, and designate their salaries.

26. To organize the Federal justice, under the terms of article 55 and following articles of Section III.

27. To grant amnesty.

28. To commute and pardon penalties imposed upon Federal officers in cases of impeachment.

29. To make laws regarding lands and mines belonging to the Union.

30. To legislate in regard to the municipal organization of the Federal District, as well as the police, superior education, and other services which in the Capital are reserved to the Federal Government.

31. To submit to special legislation those points of the territory of the Republic needed for the establishment of arsenals or other establishments or institutions for Federal use.

32. To regulate cases of extradition between the States.

33. To enact such laws and resolutions as may be necessary for the exercise of the powers belonging to the Union.

34. To enact the organic laws necessary for the execution in full of the Constitution.

35°. Prorogar e adiar suas sessões.

ART. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente.

1°. Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de caracter Federal.

2°. Animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locais.

3°. Criar instituições de ensino superior e secundario nos Estados.

4°. Prover á instrucção secundaria no Districto Federal.

CAPITULO V.

Das leis e resoluções.

ART. 36. Salvas as excepções do artigo 29, todos os projectos de lei podem ter origem indistinctamente na Camara ou no Senado, sob a iniciativa de qualquer dos seus membros.

ART. 37. O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submettido á outra; e esta, si o approvar, envia-o ha ao Poder Executivo, que, acquiescendo, o sancionará e promulgará.

Paragrapho 1°. Si, porém, o Presidente da Republica o julgar inconstitucional, ou contrario aos interesses da Nação, negará sua sancção dentro de dez dias uteis daquelle em que recebeu o projecto, devolvendo-o, nesse mesmo prazo, á Camara, onde elle se houver iniciado, com os motivos da recusa.

Paragrapho 2°. O silencio do Presidente da Republica no de-

35. To prorogue and adjourn its sessions.

ART. 35. It belongs likewise to the Congress, but not originally and exclusively:

1. To guard the Constitution and laws and provide for needs of a Federal character.

2. To encourage in the country the development of letters, arts, and sciences, as well as of immigration, agriculture, industries, and commerce, provided that the privileges granted for this purpose should not embarrass the action of the local governments.

3. To create high schools and institutions of superior education in the States.

4. To provide for high school education in the Federal District.

CHAPTER V.

Laws and resolutions.

ART. 36. Save the exceptions specified in article 29, all bills may originate, indifferently, in the chamber or in the Senate, and may be introduced by any of their members.

ART. 37. A bill, after being passed in one of the chambers, shall be submitted to the other, and if the latter approves of it, shall be sent to the Executive, which, if approving it, shall sanction and promulgate it.

Paragraph 1. If, however, the President of the Republic shall consider the bill unconstitutional, or contrary to the interests of the Nation, he shall veto it within ten working days, counted from that on which he received it, and shall return it within the same period to the chamber in which it originated, with his reasons for the veto.

Paragraph 2. The failure of the President of the Republic to ap-

cendio importa a sanção; e, no caso de ser esta negada quando já estiver encerrado o Congresso, o Presidente dará publicidade às suas razões.

Paragrapho 3°. Devolvido o projecto á Camara iniciadora, ali se sujeitará a uma discussão e á votação nominal, considerando-se approved, si obtiver dous terços dos suffragios presentes. Neste caso, o projecto será remettido á outra Camara, que, si o approvar pelos mesmos tramites e pela mesma maioria, o enviará, como lei, ao Poder Executivo para a formalidade da promulgação.

Paragrapho 4°. A sanção e promulgação effectuam-se por estas formulas:

1°. "O Congresso Nacional decreta e Eu sanciono a seguinte lei (ou resolução)."

2°. "O Congresso Nacional decreta e Eu promulgo a seguinte lei (ou resolução)."

ART. 38. Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da Republica, nos casos dos paragraphos 2° e 3° do artigo 37, o Presidente do Senado ou o Vice-Presidente, si o primeiro não o fizer em igual prazo, a promulgará, usando da seguinte formula: "Eu, Presidente (ou Vice-Presidente) do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei ou resolução."

ART. 39. O projecto de uma Camara, emendado na outra, volverá á primeira, que, si acceitar as emendas, envial-o-ha modificado em conformidade dellas, ao Poder Executivo.

Paragrapho 1°. No caso contrario, volverá á Camara revisora, e, si as alterações obtiverem dous

prove or disapprove the bill within ten working days shall be considered as an approval; in case the bill is vetoed after the Congress has closed, the President shall publish his reasons therefor.

Paragraph 3. A bill not approved shall be returned to the chamber where it originated, where it shall be discussed and subjected to a yea-and-nay vote, and shall be considered approved if it obtain two-thirds of the votes of the members present. In this case, the bill shall be sent to the other chamber, where it shall also be discussed, and if approved by the same majority it shall be sent as a law to the Executive, to be formally promulgated.

Paragraph 4. The sanction and promulgation shall be made in the following language:

1. "The National Congress enacts and I approve the following law (or resolution)."

2. "The National Congress enacts and I promulgate the following law (or resolution)."

ART. 38. If the law is not promulgated within forty-eight hours by the President of the Republic in the cases specified in sections 2 and 3 of article 37, the president of the Senate, or the vice-president, if the president does not do it in the same period, shall promulgate it, using the following language: "I, the president (or the vice-president) of the Senate, do hereby make known to all those who may see these presents that the National Congress enacts and promulgates the following law or resolution."

ART. 39. A bill from one chamber, amended in the other, shall return to the former, and if accepted by it as amended, shall be sent to the Executive.

Paragraph 1. In the contrary case, it shall go back to the chamber where it was amended, and if the

terços dos votos dos membros presentes, considerar-se-hão approvadas, sendo então remetidas com o projecto á Camara iniciadora, que só poderá reprová-las pela mesma maioria.

Paragrapho 2°. Rejeitadas deste modo as alterações, o projecto será submettido á sanção do Poder Executivo.

ART. 40. Os projectos rejeitados, ou não sancionados, não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

SECÇÃO II.

Do Poder Executivo.

CAPITULO I.

Do Presidente e do Vice-Presidente.

ART. 41. Exerce o Poder Executivo o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, como chefe electivo da Nação.

Paragrapho 1°. Substitue o Presidente, no caso de impedimento, e succede-lhe, no de falta, o Vice-Presidente eleito simultaneamente com elle.

Paragrapho 2°. No impedimento ou falta do Vice-Presidente, serão successivamente chamados á Presidencia o Vice-Presidente do Senado, o Presidente da Camara e o do Supremo Tribunal Federal.

Paragrapho 3°. São condições essenciaes para ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Republica:

- 1°. Ser brasileiro nato.
- 2°. Estar no exercicio dos direitos politicos.
- 3°. Ser maior de trinta e cinco annos.

ART. 42. Si, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidencia

alterations receive the vote of two-thirds of the members present, they shall be considered as approved, and shall then be sent, together with the bill, to the chamber where it originated, which can only reject them by a two-thirds vote.

Paragraph 2. If the alterations are rejected by such vote, the bill shall be submitted without them to the approval of the Executive.

ART. 40. Bills finally rejected, or not approved, shall not be presented again in the same legislative session.

SECTION II.

The Executive Power.

CHAPTER I.

The President and Vice-president.

ART. 41. The Executive Power is vested in the President of the United States of Brazil, as elective head of the Nation.

Paragraph 1. The Vice-president, elected simultaneously with the President, shall substitute the latter in case of impediment, and succeed him in case of vacancy in the Presidency.

Paragraph 2. In case of impediment of the Vice-president, or vacancy of his office, the following shall be called in the order named, to fill the Presidency: The vice-president of the Senate, the president of the Chamber of Deputies, the president of the Federal Supreme Court.

Paragraph 3. The following are the essential conditions of eligibility to the Presidency or Vice-presidency of the Republic:

1. To be a native of Brazil.
2. To be in the exercise of political rights.
3. To be over thirty-five years of age.

ART. 42. If the vacancy in the Presidency or Vice-presidency

ou Vice-Presidencia, não houverem ainda decorrido dous annos do periodo presidencial, proceder-se-há a nova eleição.

ART. 43. O Presidente exercerá o cargo por quatro annos, não podendo ser reeleito para o periodo presidencial immediato.

Paragrapho 1°. O Vice-Presidente que exercer a Presidencia no ultimo anno do periodo presidencial não poderá ser eleito Presidente para o periodo seguinte.

Paragrapho 2°. O Presidente deixará o exercicio de suas funções, improrogavelmente, no mesmo dia em que terminar o seu periodo presidencial, succedendo-lhe logo o recém-eleito.

Paragrapho 3°. Si este se achar impedido, ou faltar, a substituição far-se-há nos termos do artigo 41, paragraphos 1° e 2°.

Paragrapho 4°. O primeiro periodo presidencial terminará a quinze de Novembro de mil oitocentos noventa e quatro.

ART. 44. Ao empossar-se do cargo, o Presidente pronunciará, em sessão do Congresso, ou, si este não estiver reunido, ante o Supremo Tribunal Federal, esta afirmação:

“Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.”

ART. 45. O Presidente e o Vice-Presidente não podem sahir do territorio nacional sem permissão do Congresso, sob pena de perderem o cargo.

ART. 46. O Presidente e o Vice-Presidente perceberão subsidio fixado pelo Congresso no periodo presidencial antecedente.

occurs, for any cause whatever, before two years of the presidential term have elapsed, a new election shall be held.

ART. 43. The President shall hold his office for four years, and shall not be reelected for the succeeding presidential term.

Paragraph 1. The Vice-president, who shall fill the Presidency during the last year of the presidential term, shall not be eligible to the Presidency for the next term of that office.

Paragraph 2. The President shall cease to exercise his powers, without fail, on the same day on which his presidential term expires, and the newly elected President shall at once succeed him.

Paragraph 3. If the latter should fail to enter into the discharge of his duties, the succession shall be effected in accordance with paragraphs 1 and 2 of article 41.

Paragraph 4. The first presidential term shall expire on the fifteenth of November, eighteen hundred and ninety-four.

ART. 44. On taking possession of his office, the President, in public session of Congress, or if that body is not in session, before the Federal Supreme Court, shall take the following affirmation:

“I promise to maintain the Federal Constitution and comply with its provisions with perfect loyalty, to promote the general welfare of the Republic, to observe the laws and sustain the Union, its integrity and independence.”

ART. 45. The President and Vice-president shall not leave the national territory without the permission of the Congress, under penalty of loss of office.

ART. 46. The President and Vice-president shall receive the salary fixed by the Congress in the preceding presidential term.

CAPITULO II.

Da eleição do Presidente e Vice-Presidente.

ART. 47. O Presidente e o Vice-Presidente da Republica serão eleitos por suffragio directo da Nação e maioria absoluta de votos.

Paragrapho 1°. A eleição terá logar no dia primeiro de Março do ultimo anno do periodo presidencial, procedendo-se na Capital Federal e nas Capitães dos Estados á apuração dos votos recebidos nas respectivas circumscripções. O Congresso fará a apuração na sua primeira sessão do mesmo anno, com qualquer numero de membros presentes.

Paragrapho 2°. Si nenhum dos votados houver alcançado maioria absoluta, o Congresso elegerá, por maioria dos votos presentes, um d'entre os que tiverem alcançado as duas votações mais elevadas na eleição directa.

Em caso de empate, considerar-se-há eleito o mais velho.

Paragrapho 3°. O processo da eleição e da apuração será regulado por lei ordinária.

Paragrapho 4°. São inelegiveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente os parentes consanguineos e affins, nos primeiro e segundo grãos, do Presidente ou Vice-Presidente que se achar em exercicio no momento da eleição ou que o tenha deixado até seis mezes antes.

CAPITULO III.

Das attribuições do Poder Executivo.

ART. 48. Compete privativamente ao Presidente da Republica:

1°. Sanccionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos,

CHAPTER II.

Election of President and Vice-President.

ART. 47. The President and Vice-President of the Republic shall be elected by direct suffrage of the Nation and by an absolute majority of votes.

Paragraph 1. The election shall be held on the first day of March of the last year of the presidential term, and the examination of the votes received in the respective circumscriptions shall be made in the Federal capital and in the capitals of the States. Congress shall count the votes in its first meeting of the same year, with whatever number of members may be present.

Paragraph 2. In case no one of those voted upon shall have received an absolute majority of votes, Congress shall elect, by a majority vote of those present, one out of the two persons who have obtained the greatest number of votes in the direct election.

In case of tie the candidate of greatest age shall be considered elected.

Paragraph 3. The process of election and counting of votes shall be regulated by ordinary law.

Paragraph 4. The relatives, whether by blood or affinity, within the first and second degrees, of the President or Vice-President who is in the exercise of his powers at the time of the election, or was so six months before, shall be ineligible to the offices of President and Vice-President.

CHAPTER III.

The powers of the Executive.

ART. 48. To the President of the Republic belongs the exclusive right to:

1. Sanction, promulgate, and make public the laws and resolutions of the Congress; issue de-

instrucções e regulamentos para a sua fiel execução.

2°. Nomear e demittir livremente os Ministros de Estado.

3°. Exercer ou designar quem deva exercer o commando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brazil, quando forem chamadas ás armas em defesa interna ou externa da União.

4°. Administrar o Exercito e a Armada e distribuir as respectivas forças, conforme as leis Federaes e as necessidades do Governo Nacional.

5°. Prover os cargos civis e militares de caracter federal, salvas as restricções expressas na Constituição.

6°. Indultar e commutar as penas nos crimes sujeitos á jurisdicção federal, salvo nos casos a que se referem os artigos 34, No. 28, e 52, paragrapho 2°.

7°. Declarar a guerra e fazer a paz, nos termos do artigo 34, No. 11.

8°. Declarar immediatamente a guerra, nos casos de invasão ou aggressão estrangeira.

9°. Dar conta annualmente da situação do paiz ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providencias e reformas urgentes, em mensagem, que remetterá ao Secretario do Senado no dia da abertura da sessão legislativa.

10°. Convocar o Congresso extraordinariamente.

11°. Nomear os magistrados federaes mediante proposta do Supremo Tribunal.

12°. Nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os ministros diplomaticos, sujeitando a nomeação á approvação do Senado.

Na ausencia do Congresso, designar-os-ha em commissão até que o Senado se pronuncie.

crees, instructions, and regulations for their faithful execution.

2. Appoint and dismiss at will the cabinet officers.

3. Exercise, or designate one who shall exercise supreme command over the land and naval forces of the United States of Brazil when called to arms for the internal or external defense of the Union.

4. Govern the Army and Navy and distribute their respective forces, in accordance with the Federal laws and the needs of the National Government.

5. Dispose of the civil and military offices of a Federal character, save the restrictions specified in the Constitution.

6. Pardon and commute penalties for crimes subject to Federal jurisdiction, save in the cases mentioned in articles 34, No. 28, and 52, section 2.

7. Declare war and make peace, under the provisions of article 34, No. 11.

8. Declare war at once in cases of foreign invasion or aggression.

9. Give an annual statement to the National Congress of the condition of the country, with a recommendation of pressing provisions and reforms, through a message, which he shall send to the secretary of the Senate on the day of the opening of the legislative session.

10. Convoke the Congress in extraordinary session.

11. Appoint the Federal judges upon nomination by the Supreme Court.

12. Appoint the members of the Federal Supreme Court and ministers of the diplomatic corps, with the approval of the Senate; and, in the absence of the Congress, appoint them temporarily until considered by the Senate.

13°. Nomear os demais membros do corpo diplomatico e os agentes consulares.

14°. Manter as relações com Estados estrangeiros.

15°. Declarar, por si ou seus agentes responsaveis, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave commoção intestina (art. 6, No. 3; art. 34, No. 21, e art. 80).

16°. Entabolar negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados celebrarem na conformidade do artigo 65, submettendo-os, quando cumprir, á autoridade do Congresso.

13. Appoint all other members of the diplomatic corps and consular agents.

14. Maintain relations with foreign States.

15. Declare directly, or through his responsible agents, a state of siege at any point of the national territory, in case of foreign aggression or serious internal disturbance (art. 6, No. 3; art. 34, No. 21; and art. 80).

16. Set on foot international negotiations, conclude agreements, conventions, and treaties, always *ad referendum* to the Congress, and approve those made by the States in conformity with article 65, submitting them, when necessary, to the authority of the Congress.

CAPITULO IV.

Dos Ministros de Estado.

ART. 49. O Presidente da Republica é auxiliado pelos Ministros de Estado, agentes de sua confiança, que lhe subscvem os actos, e cada um d'elles presidirá a um dos Ministerios em que se dividir a administração federal.

ART. 50. Os Ministros de Estado não poderão accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos Presidente e Vice-Presidente da União, Deputado ou Senador.

Paragrapho unico. O Deputado ou Senador que acceitar o cargo de Ministro de Estado perderá o mandato, e proceder-se-ha immediatamente á nova eleição, na qual não poderá ser votado.

ART. 51. Os Ministros de Estado não poderão comparecer ás sessões do Congresso e só se communicarão com elle por escripto, ou pessoalmente em conferencias com as commissões das Camaras.

Os relatorios annuaes dos Ministros serão dirigidos ao Presidente da Republica e distribui-

CHAPTER IV.

Cabinet ministers.

ART. 49. The President of the Republic is assisted by the Ministers of State, agents of his confidence, who sign the acts and preside respectively over one of the Departments into which the Federal administration is divided.

ART. 50. The Ministers of State shall not exercise any other employment or function of a public nature, nor can they be elected President or Vice-President of the Union, Deputy or Senator.

Sole paragraph. Any Deputy or Senator who shall accept the position of Cabinet Minister shall lose his seat in the respective chamber, and a new election shall at once be held, in which he shall not be voted for.

ART. 51. The Cabinet Ministers shall not appear at the meetings of the Congress and shall communicate with that body only in writing. They may personally appear before the committees of the chambers.

The annual reports of the Ministers shall be addressed to the President of the Republic and dis-

dos por todos os membros do Congresso.

ART. 52. Os Ministros de Estado não são responsáveis perante o Congresso ou perante os tribunaes, pelos conselhos dados ao Presidente da Republica.

Paragrapho 1º. Respondem, porém, quanto aos seus actos, pelos crimes qualificados em lei.

Paragrapho 2º. Nos crimes communs e de responsabilidade serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos connexos com os do Presidente da Republica, pela autoridade competente para o julgamento d'este.

CAPITULO V.

Da responsabilidade do Presidente.

ART. 53. O Presidente dos Estados Unidos do Brazil será submettido a processo e a julgamento, depois que a Camara declarar procedente a accusação, perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes communs e, nos de responsabilidade, perante o Senado.

Paragrapho unico. Decretada procedencia da accusação, ficará o Presidente suspenso de suas funcções.

ART. 54. São crimes de responsabilidade os actos do Presidente da Republica, que attentarem contra—

1º. A existencia politica da União.

2º. A Constituição e a forma do Governo Federal.

3º. Olivre exercicio dos poderes politicos.

4º. O gozo e exercicio legal dos direitos politicos ou individuaes.

5º. A segurança interna do paiz.

6º. A probidade da administração.

tributed to all the members of Congress.

ART. 52. The Cabinet Ministers are not responsible to the Congress or to the courts for advice given to the President of the Republic.

Paragraph 1. They are responsible, nevertheless, with respect to their acts, for crimes defined in the criminal law.

Paragraph 2. For common offenses and in cases of impeachment they shall be prosecuted and tried by the Federal Supreme Court; and for those committed jointly with the President of the Republic, by the authority competent to pass judgment on the latter.

CHAPTER V.

The responsibility of the President.

ART. 53. The President of the United States of Brazil shall be brought to trial and sentence, after the Chamber of Deputies shall have decided that he should be tried on the charges made against him, in the Federal Supreme Court in cases of common crimes, and in the Senate in cases of impeachment.

Sole paragraph. After it has been decided that the President shall be tried, he shall be suspended from the exercise of his functions.

ART. 54. Acts for which the President of the Republic shall be impeached are those which are directed against:

1. The political existence of the Union.

2. The Constitution and the form of the Federal Government.

3. The free exercise of the political powers.

4. The legal enjoyment and exercise of political or individual rights.

5. The internal security of the country.

6. The honesty of the administration.

7°. A guarda e emprego constitucional dos dinheiros publicos.

8°. As leis orçamentarias votadas pelo Congresso.

Paragrapho 1°. Esses delictos serão definidos em lei especial.

Paragrapho 2°. Outra lei regulará a accusação, o processo e o julgamento.

Paragrapho 3°. Ambas essas leis serão feitas na primeira sessão do primeiro Congresso.

SECÇÃO III.

Do poder judiciario.

ART. 55. O Poder Judiciario da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da Republica, e tantos juizes e tribunaes federaes, distribuidos pelo paiz, quantos o Congresso crear.

ART. 56. O Supremo Tribunal Federal compor-se-ha de quinze juizes, nomeados na forma do artigo 48, No. 12, d'entre os cidadãos de notavel saber e reputação, elegiveis para o Senado.

ART. 57. Os juizes Federaes são vitalicios e perderão o cargo unicamente por sentença judicial.

Paragrapho 1°. Os seus vencimentos serão determinados por lei e não poderão ser diminuidos.

Paragrapho 2°. O Senado julgará os membros do Supremo Tribunal nos crimes de responsabilidade, e este os juizes federaes inferiores.

ART. 58. Os tribunaes federaes elegerão de seu seio os seus presidentes e organizarão as respectivas secretarias.

Paragrapho 1°. A nomeação e a demissão dos empregados de secretaria, bem como o provimento dos officios de justiça nas circumscripções judiciais, compete respectivamente aos presidentes dos tribunaes.

7. The constitutional custody and use of the public funds.

8. The appropriations voted by Congress.

Paragraph 1. These offenses shall be defined by a special law.

Paragraph 2. Another law shall provide for the manner and form of proceeding in the trial.

Paragraph 3. Both these laws shall be enacted in the first session of the first Congress.

SECTION III.

The Judiciary.

ART. 55. The Judicial Power of the Union shall be vested in a Federal Supreme Court, sitting in the capital of the Republic, and in as many inferior Federal courts and tribunals, distributed through the country, as the Congress shall create.

ART. 56. The Federal Supreme Court shall be composed of fifteen justices, appointed under the provisions of article 48, No. 12, from among the citizens of notable learning and reputation, eligible to the Senate.

ART. 57. The Federal justices shall hold office for life, being removed solely by judicial sentence.

Paragraph 1. Their salaries shall be fixed by law and can not be diminished.

Paragraph 2. The Senate shall try the impeachments of the members of the Federal Supreme Court and the Federal Supreme Court those of the lower Federal judges.

ART. 58. The Federal courts shall choose their chief justices from among their own members, and shall organize their respective clerical corps.

Paragraph 1. In these corps the appointment and dismissal of the respective clerks, as well as the filling of the judicial offices in the respective judicial districts shall belong to the chief justices of the respective courts.

Paragrapho 2º. O Presidente da Republica designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da Republica, cujas attribuições se definirão em lei.

ART. 59. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I. Processar e julgar originaria e privativamente:

(a) O Presidente da Republica nos crimes communs e os Ministros de Estado nos casos do artigo 52.

(b) Os ministros diplomaticos nos crimes communs e nos de responsabilidade.

(c) As causas e conflictos entre a União e os Estados, ou entre estes uns com os outros.

(d) Os litigios e as reclamações entre nações estrangeiras e a União ou os Estados.

(e) Os conflictos dos juizes ou Tribunaes Federaes entre si, ou entre estes e os dos Estados, assim como os dos juizes e tribunaes de um Estado com os juizes e os tribunaes de outro Estado.

II. Julgar em grao de recurso as questões resolvidas pelos juizes e Tribunaes Federaes, assim como as de que tratam o presente artigo, paragrapho 1º, e o artigo 60.

III. Rever os processos findos, nos termos do artigo 81.

Paragrapho 1º. Das sentenças das justiças dos Estados em ultima instancia haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal—

(a) Quando se questionar sobre a validade ou a applicação de tratados e leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado fôr contra ella;

(b) Quando se contestar a validade de leis ou de actos dos governos dos Estados em face da Constituição ou das leis federaes e a decisão do tribunal do Estado con-

Paragraph 2. The President of the Republic shall appoint from among the members of the Federal Supreme Court, the Attorney-General of the Republic, whose duties shall be defined by law.

ART. 59. To the Federal Supreme Court belongs the duty of:

I. Prosecuting with original and exclusive jurisdiction:

(a) The President of the Republic for common crimes, and the Cabinet Ministers in the cases specified in article 52.

(b) The diplomatic ministers for common crimes and in cases of impeachment.

(c) Questions and conflicts between the Union and the States, or between the States one with another.

(d) Disputes and claims between foreign nations and the Union, or between foreign nations and the States.

(e) Conflicts between the judges or Federal courts one with another, or between these and those of the States, as also conflicts of the judges and courts of one State with the judges and courts of another State.

II. Deciding, on appeal, questions passed upon by the lower Federal courts and tribunals, as well as those mentioned in Section I of the present article and in article 60.

III. Reviewing decided cases under the provisions of article 81.

Paragraph 1. An appeal to the Federal Supreme Court can be taken against decisions rendered in the last instance, by the State courts:

(a) When the validity or application of the Federal laws or treaties is called in question and the decision of the State court shall be against the same.

(b) When the validity of laws or acts of the governments of the States in respect to the Constitution or of the Federal laws is contested and the State court shall

siderar validos esses actos ou essas leis impugnadas.

Paragrapho 2º. Nos casos em que houver de applicar leis dos Estados, a justiça federal consultará a jurisprudencia dos tribunaes locais, e, vice-versa, as justicas dos Estados consultarão a jurisprudencia dos Tribunaes Federaes, quando houverem de interpretar leis da União.

ART. 60. Compete aos juizes ou Tribunaes Federaes processar e julgar:

(a) As causas em que alguma das partes fundar a acção ou a defesa, em disposição da Constituição Federal.

(b) Todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis e regulamentos do Poder Executivo, ou em contractos celebrados com o mesmo Governo.

(c) As causas provenientes de compensações, reindicações, indemnisação de prejuizos ou quaesquer outras, propostas pelo Governo da União contra particulares ou vice-versa.

(d) Os litigios entre um Estado e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes.

(e) Os pleitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros.

(f) As acções movidas por estrangeiros e fundadas, quer em contractos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações.

(g) As questões de direito marítimo e navegação, assim no oceano como nos rios e lagos do paiz.

(h) As questões de direito criminal ou civil internacional.

(i) Os crimes políticos.

Paragrapho 1º. É vedado ao Congresso commetter qualquer jurisdicção federal ás justicas dos Estados.

have decided in favor of the validity of the acts or laws in question.

Paragraph 2. In the cases which involve the application of the laws of the States, the Federal court, shall consult the jurisprudence of the local tribunals, and, vice versa, the state court shall consider that of the Federal tribunals, when the interpretation of the laws of the Union is involved.

ART. 60. It belongs to the Federal judges and courts to try and decide:

(a) Questions in which the plaintiff or the defendant bases his claim or defense on some provision of the Federal Constitution.

(b) Suits against the Government of the Union or the National Treasury, founded on provisions of the Constitution, laws and regulations of the Executive power, or on contracts entered into with the same government.

(c) Claims for compensation, recovery of property, indemnification for damages or any other claims, presented by the Government of the Union against private individuals or vice versa.

(d) Litigations between one State and the citizens of another, or between citizens of different States, when the respective state laws are different.

(e) Suits between foreign States and Brazilian citizens.

(f) Actions instituted by foreigners, founded on contracts with the Federal Government or on conventions or treaties between the Union and other nations.

(g) Questions of maritime law and those relating to navigation whether of the ocean, or of the rivers and lakes of the country.

(h) Questions of international criminal or civil law.

(i) Political crimes.

Paragraph 1. Congress is forbidden to delegate Federal jurisdiction, wholly or in part, to any State court.

Paragrapho 2º. As sentenças e ordens da magistratura federal são executadas por officiaes judicarios da União, aos quaes a policia local é obrigada a prestar auxilio, quando invocado por elles.

ART. 61. As decisões dos juizes ou tribunaes dos Estados, nas materias de sua competencia, porão termo aos processos e ás questões, salvo quanto a—

1º. *Habeas-corpus*, ou

2º. Espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção ou tratado.

Em taes casos haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Federal.

ART. 62. As justiças dos Estados não podem intervir em questões submettidas aos Tribunaes Federaes, nem annular, alterar ou suspender as suas sentenças ou ordens. E, reciprocamente, a justiça federal não pode intervir em questões submettidas aos tribunaes dos Estados, nem annular, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, exceptuados os casos expressamente declarados nesta Constituição.

TITULO II.

DOS ESTADOS.

ART. 63. Cada Estado reger-se ha pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitadas os principios constitucionaes da União.

ART. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo á União sómente a porção de territorio que fôr indispensavel para a defesa das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes.

Paragrapho unico. Os proprios nacionaes, que não forem necessarios para serviços da União passa-

Paragraph 2. Sentences and decrees of the Federal judges shall be enforced by Federal court officers, and the local police shall be bound to assist the latter when called upon to do so.

ART. 61. The decisions of the State courts or tribunals of competent jurisdiction shall put an end to the suits and questions in which they are rendered, except in cases of:

1. Habeas corpus; or

2. Settlement of the estate of a foreigner, deceased, when not provided differently by convention or treaty.

In such cases there shall be voluntary recourse to the Federal Supreme Court.

ART. 62. The State courts shall not have power to intervene in questions submitted to the Federal tribunals, or to annul, alter, or suspend the sentences or orders of the latter. And, reciprocally, the Federal justice can not intervene in questions submitted to the State courts, or annul, alter, or suspend the decisions or orders of the latter, except in the cases expressly defined in this Constitution.

TITLE II.

THE STATES.

ART. 63. Each State shall be governed by the Constitution and laws adopted by it, *provided* that the constitutional principles of the Union shall be respected.

ART. 64. The mines and vacant lands situated in the States shall belong to them; but the Union shall have, however, the right to occupy that portion of the territory which may be necessary for the defense of the frontier, fortifications, military constructions, and Federal railways.

Sole paragraph. National property which may not be necessary for the service of the Union, shall

rão ao dominio dos Estados, em cujo territorio estiverem situados.

ART. 65. É facultado aos Estados:

1º. Celebrar entre si ajustes e convenções sem caracter politico. (Art. 48, No. 16.)

2º. Em geral todo e qualquer poder ou direito, que lhes não fôr negado por clausula expressa ou implicitamente contida nas clausulas expressas da Constituição.

ART. 66. É defeso aos Estados:

1º. Recusar fé aos documentos publicos, de natureza legislativa, administrativa ou judiciaria da União ou de qualquer dos Estados.

2º. Rejeitar a moeda, ou a emissão bancaria em circulação por acto do Governo Federal.

3º. Fazer ou declarar guerra entre si e usar de represalias.

4º. Denegar a extradição de criminosos, reclamados pelas justicas de outros Estados ou do Districto Federal, segundo as leis da União por que esta materia se reger. (Art. 34, No. 32.)

ART. 67. Salvas as restricções especificadas na Constituição e nas leis federaes, o Districto Federal é administrado pelas auctoridades municipaes.

Paragrapho unico. As despesas de caracter local, na Capital da Republica, incumbem exclusivamente á auctoridade municipal.

TITULO III.

DO MUNICIPIO.

ART. 68. Os Estados organizar-se-hão de forma que fique assegurada a autonomia dos municipios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

pass to the dominion of the States in whose territory they may be situated.

ART. 65. The States shall have the right:

1. To enter into agreements and conventions with each other, if said agreements and conventions are not of a political character. (Art. 48, No. 16.)

2. To use in general, any power, or right, not denied to them by a provision, expressed or implied, of the Constitution.

ART. 66. It is forbidden to the States:

1. To refuse faith and credit to public documents of the Union, or of any State, of legislative, administrative, or judicial character.

2. To deny legal tender character to the currency, whether coin or paper, put in circulation by the Federal Government.

3. To wage or declare war, one against another, or exercise reprisals.

4. To refuse the extradition of criminals when requested by the justice of other States, or of the Federal District, in conformity with the laws of Congress relating to this subject. (Art. 34, No. 32.)

ART. 67. Save the restrictions specified in the Constitution and the Federal laws, the Federal District shall be governed by the municipal authorities.

Sole paragraph. The expenses of local character in the capital of the Republic, shall be defrayed exclusively by the municipal authority.

TITLE III.

THE MUNICIPALITY.

ART. 68. The States shall organize themselves in such a way as to assure the autonomy of the municipal districts in respect to all that relates to their particular interests.

TÍTULO IV.

DOS CIDADÃOS BRAZILEIROS.

SECÇÃO I.

Das qualidades do cidadão brasileiro.

ART. 69. São cidadãos brasileiros:

1°. Os nascidos no Brazil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação.

2°. Os filhos de pae brasileiro e os illegitimos de mae brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica.

3°. Os filhos de pae brasileiro que estiver n'outro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se.

4°. Os estrangeiros que, achando-se no Brazil ao quinze de Novembro de mil oitocentos oitenta e nove, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem.

5°. Os estrangeiros que possuírem bens immoveis no Brazil e forem casados com Brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, com tanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade.

6°. Os estrangeiros por outro modo naturalizados.

ART. 70. São eleitores os cidadãos maiores de vinte e um annos, que se alistarem na forma da lei.

Paragrapho 1°. Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes ou para as dos Estados—

1°. Os mendigos.

2°. Os analphabetos.

3°. As praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior.

TITLE IV.

BRAZILIAN CITIZENS.

SECTION I.

Who are Brazilian citizens.

ART. 69. The following are Brazilian citizens:

1. Natives of Brazil, even if of foreign parentage, provided that the father does not reside in Brazil, in the service of his own nation.

2. Children of a Brazilian father, and illegitimate children of a Brazilian mother, born in foreign countries, if they take up their residence in the Republic.

3. Children of a Brazilian father residing in a foreign country in the service of the Republic, provided that he does not acquire a domicile there.

4. Foreigners, who having been in Brazil on the fifteenth of November, eighteen hundred and eighty-nine, have not declared, within six months from the time when the Constitution began to be in force, their desire to preserve their nationality of origin.

5. Foreigners who hold real-estate in Brazil and are married to Brazilian women, or have Brazilian children, provided that they reside in Brazil, unless they have declared their intention of not changing their nationality.

6. Foreigners naturalized in any other way.

ART. 70. Citizens of more than twenty-one years of age and registered according to law, shall be electors.

Paragraph 1. The following shall not be registered as electors for Federal or State elections:

1. Beggars;

2. Persons not knowing how to read;

3. Soldiers on pay, except cadets of high military schools;

4º. Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

Paragrapho 2º. São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

ART. 71. Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos aqui particularizados:

Paragrapho 1º. Suspendem-se—

(a) Por incapacidade physica ou moral.

(b) Por condemnação criminal, em quanto durarem os seus efeitos.

Paragrapho 2º. Perdem-se—

(a) Por naturalização em paiz estrangeiro.

(b) Por acceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal.

Paragrapho 3º. Uma lei federal determinará as condições de reacquirição dos direitos de cidadão brasileiro.

4. Members of monastic orders, companies, congregations or communities of whatsoever denomination, subject to vows of obedience, or rules or statutes, implying the surrender of individual liberty.

Paragraph 2. Citizens who can not be registered are not eligible to office.

ART. 71. The rights of the Brazilian citizen can be suspended or lost, only in the following cases:

Paragraph 1. The rights may be suspended:

(a) Through physical or moral disability.

(b) Through judicial condemnation during the period of its operation.

Paragraph 2. They shall be lost:

(a) Through naturalization in a foreign country.

(b) Through the acceptance of employment or pension from a foreign government, without permission of the Federal Executive.

Paragraph 3. A Federal law shall determine the conditions for the reacquisition of the rights of Brazilian citizenship.

SECÇÃO II.

Declaração de direitos.

ART. 72. A Constituição assegura a Brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

Paragrapho 1º. Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude de lei.

Paragrapho 2º. Todos são iguaes perante a lei. A Republica não admitte privilegios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honorificas existentes e todas as suas prerogativas e regalias, bem como os titulos nobiliarchicos e de conselho.

SECTION II.

Declaration of rights.

ART. 72. The Constitution secures to Brazilians and foreigners residing in the country the inviolability of their rights touching individual liberty and security and property, in the following terms:

Paragraph 1. No person shall be forced to do, or not to do, anything except by virtue of law.

Paragraph 2. All persons are equal before the law. The Republic does not recognize privileges of birth, or titles of nobility, and abolishes the existing honorific orders, their prerogatives and decorations, and all titles of nobility.

Paragrapho 3º. Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum.

Paragrapho 4º. A Republica só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

Paragrapho 5º. Os cemiterios terão caracter secular e serão administrados pela auctoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral publica e as leis.

Paragrapho 6º. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.

Paragrapho 7º. Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependencia ou alliança com o Governo da União ou o dos Estados.

Paragrapho 8º. A todos é licito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a policia senão para manter a ordem publica.

Paragrapho 9º. É permittido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos poderes publicos, denunciar abusos das auctoridades e promover a responsabilidade dos culpados.

Paragrapho 10. Em tempo de paz, qualquer pode entrar no territorio nacional ou delle sahir com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte.

Paragrapho 11. A casa é o asylo inviolavel do individuo; ninguem pode ahi penetrar, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a victimas de crimes, ou desastres; nem de dia, senão nos

Paragraph 3. All individual persons and corporations of religious charactor shall have the right to exercise, publicly and freely, their own religion, and associate themselves for that purpose and acquire property, provided that the requirements of the ordinary law are observed.

Paragraph 4. The Republic recognizes only the civil marriage, the solemnization of which shall be gratuitous.

Paragraph 5. The cemeteries shall be laical in character and managed by the municipal authorities, but the members of all religious denominations shall be free to use there their respective rites, provided that they do not offend the public morals and the laws.

Paragraph 6. The instruction given in the public institutions shall be laical.

Paragraph 7. No church or worship shall be officially subsidized or made dependent on, or connected with, the Government of the Union, or of the States.

Paragraph 8. All persons have the right of free association and reunion without arms; and the police force shall not intervene, except to maintain the public order.

Paragraph 9. All persons shall be permitted to address, by petition, the public powers, denounce abuses of the authorities and cause the responsibility of the guilty parties to be enforced.

Paragraph 10. In time of peace all persons shall have the right to enter or leave the territory of the Republic, carrying with them their property without necessity of securing a passport.

Paragraph 11. The house is the inviolable asylum of the person who inhabits it; and without his consent no one can enter it at night, except to aid the victims of a crime or disaster, or during the day,

casos e pela forma prescriptos na lei.

Paragrapho 12. Em qualquer assumpto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permittido o anonymato.

Paragrapho 13. Á excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronuncia do indiciado, salvos os casos determinados em lei e mediante ordem escripta da auctoridade competente.

Paragrapho 14. Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as excepções especificadas em lei, nem levado á prisão, ou nella detido, si prestar fiança idonea, nos casos em que a lei a admittir.

Paragrapho 15. Ninguém será sentenciado senão pela auctoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ella regulada.

Paragrapho 16. Aos accusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciaes a ella, desde a nota de culpa, entregue em vinte e quatro horas ao preso e assignada pela auctoridade competente, com os nomes do accusador e das testemunhas.

Paragrapho 17. O direito de propriedade mantem-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade, ou utilidade publica, mediante indemnização previa.

As minas pertencem aos proprietarios do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei, a bem da exploração deste ramo de industria.

except in the cases and in the form prescribed by law.

Paragraph 12. The expression of opinion on all subjects, through the press or from the tribune, shall be free, without subjection to censorship, each one being responsible for the abuses he may commit, in the cases and in the form prescribed by law. Anonymous publications shall not be permitted.

Paragraph 13. No arrest shall be made, except in case of *flagrante delicto*, without the prisoner having been previously indicted, unless otherwise permitted by law, and without written order of the proper authority.

Paragraph 14. No one shall be kept in prison without charges having been formally filed against him, save the exceptions mentioned in the law, nor taken to prison, or detained there if he gives proper bail, in cases where bail is lawful.

Paragraph 15. No person shall be sentenced, except by competent authority, and in virtue of a preexisting law, and in the form prescribed by it.

Paragraph 16. The law shall secure for the accused the fullest defense and all the recourses and means essential thereto, including notice of the charge, to be delivered to the prisoner within twenty-four hours, signed by the competent authority, and accompanied with a list of the names of the accusers and witnesses.

Paragraph 17. The rights of property shall be maintained in all their plenitude, and no condemnation shall be made, except from necessity or public utility, and indemnity shall, in such cases, be made beforehand.

Mines shall belong to the owners of the soil, with the limitations which may be established by law to encourage the exploitation of this industry.

Paragrapho 18. É inviolavel o sigillo da correspondencia.

Paragrapho 19. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente.

Paragrapho 20. Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial.

Paragrapho 21. Fica igualmente abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra.

Paragrapho 22. Dar-se-há o *habeas-corpus* sempre que o individuo soffrer ou se achar em imminente perigo de soffrer violencia ou coacção, por illegalidade ou abuso de poder.

Paragrapho 23. Á excepção das causas que, por sua natureza, pertencem a juizes especiaes, não haverá foro privilegiado.

Paragrapho 24. É garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial.

Paragrapho 25. Os inventos industriaes pertencerão aos seus auctores, aos quaes ficará garantido por lei um privilegio temporario, ou será concedido pelo Congresso um premio razoavel, quando haja conveniencia de vulgarisar o invento.

Paragrapho 26. Aos auctores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito exclusivo de reproduzir-as pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos auctores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

Paragrapho 27. A lei assegurará tambem a propriedade das marcas de fabrica.

Paragrapho 28. Por motivo de crença ou de funcção religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e politicos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever civico.

Paragrapho 29. Os que allegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qual-

Paragraph 18. The secrecy of correspondence is inviolable.

Paragraph 19. No penalty shall extend beyond the guilty party.

Paragraph 20. The penalty of the galleys and judicial banishment are abolished.

Paragraph 21. The death penalty for political crimes is abolished, save those cases which come under the provisions of military legislation in time of war.

Paragraph 22. The writ of *habeas-corpus* shall always be granted when the individual suffers or is in imminent danger of suffering violence or coercion, through illegality or abuse of power.

Paragraph 23. No privileged jurisdiction shall be recognized, except in those cases which, owing to their nature, belong to special courts.

Paragraph 24. The free exercise of any profession, moral, intellectual, or industrial, shall be guaranteed.

Paragraph 25. Industrial inventions shall belong to their inventors, who shall be protected by a patent granted for a limited time, or rewarded by Congress with a reasonable prize, when the usefulness of the invention may vouch for it.

Paragraph 26. The exclusive right to reproduce by the press or any other mechanical process, literary or artistic works is guaranteed to their authors. The heirs of the authors shall enjoy this right for the period which the law shall determine.

Paragraph 27. The law shall also secure the ownership of trademarks.

Paragraph 28. No Brazilian citizen shall be deprived of his civil or political rights, or exempted from the performance of any civic duty whatsoever, on account of his religious belief or office.

Paragraph 29. All those who allege their religious belief as a reason for exempting themselves

quer *onus* que as leis da Republica imponham aos cidadãos, e os que acceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros, perderão todos os direitos politicos.

Paragrapho 30. Nenhum imposto de qualquer natureza poderá ser cobrado senão em virtude de uma lei que o auctorize.

Paragrapho 31. É mantida a instituição do jury.

ART. 73. Os cargos publicos, civis ou militares, são accessiveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as accumulações remuneradas.

ART. 74. As patentes, os postos e os cargos inamoviveis são garantidos em toda a sua plenitude.

ART. 75. A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionarios publicos em caso de invalidez no serviço da Nação.

ART. 76. Os officiaes do Exercito e da Armada só perderão suas patentes por condemnação em mais de dois annos de prisão, passada em julgado nos Tribunaes competentes.

ART. 77. Os militares de terra e mar terão foro especial nos delictos militares.

Paragrapho 1°. Este foro compor-se-ha de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalicios, e dos conselhos necessarios á formação da culpa e julgamento dos crimes.

Paragrapho 2°. A organização e attribuições do Supremo Tribunal Militar serão reguladas por lei.

ART. 78. A especificação das garantias e direitos, expressos na Constituição, não exclue outras garantias e direitos, não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ella estabelece e dos principios que consigna.

from any duty which the laws of the Republic impose upon its citizens, and those who accept foreign decorations or titles of nobility, shall lose all their political rights.

Paragraph 30. No tax of any kind shall be collected except under authority of law.

Paragraph 31. Trial by jury shall be maintained.

ART. 73. Public offices, civil or military, shall be accessible to all Brazilian citizens, provided that the conditions of special fitness, fixed by law, be always observed. The accumulation of salaried positions is forbidden.

ART. 74. Commissions, positions, and offices to be held for life shall be fully guaranteed.

ART. 75. Public officers shall be retired with pay, only in case of becoming unable to perform their duties, while in the service of the nation.

ART. 76. Officers of the Army and Navy shall forfeit their commissions, only when condemned after trial, by the competent courts to more than two years' imprisonment.

ART. 77. The military officers of land and sea shall be tried by special jurisdiction for military offenses.

Paragraph 1. This jurisdiction shall be vested in a Supreme Military Court, whose members shall serve for life, and in the court-martials which may be needed for the proper trial of the cases.

Paragraph 2. The organization and powers of the Supreme Military Court shall be established by law.

ART. 78. The enumeration of rights and guaranties made in the Constitution shall not exclude other rights and guarantees, not enumerated, but resulting from the form of government established and the principles proclaimed by said Constitution.

TITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

ART. 79. O cidadão investido em funções de qualquer dos tres poderes federaes não poderá exercer as deoutro.

ART. 80. Poder-se-ha declarar em estado de sitio qualquer parte do territorio da União, suspendendo-se ahi as garantias constitucionaes por tempo determinado, quando a segurança da Republica o exigir, em caso de aggressão estrangeira ou commoção intestina. (Art. 34, No. 21.)

Paragrapho 1°. Não se achando reunido o Congresso, e correndo a Patria imminente perigo, exercerá essa attribuição o Poder Executivo Federal. (Art. 48, No. 15.)

Paragrapho 2°. Este, porém, durante o estado de sitio, restringir-se-ha, nas medidas de repressão contra as pessoas, a impor:

1°. A detenção em lugar não destinado aos réos de crimes comuns.

2°. O desterro para outros sitios do territorio nacional.

Paragrapho 3°. Logo que se reunir o Congresso, o Presidente da Republica lhe relatará, motivando-as, as medidas de excepção que houverem sido tomadas.

Paragrapho 4°. As auctoridades que tenham ordenado taes medidas são responsaveis pelos abusos commettidos.

ART. 81. Os processos findos, em materia crime, poderão ser revistos, a qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Federal, para reformar ou confirmar a sentença.

Paragrapho 1°. A lei marcará os casos e a forma da revisão, que poderá ser requerida pelo senten-

TITLE V.

GENERAL PROVISIONS.

ART. 79. The citizen vested with functions belonging to one of the three federal powers shall not exercise those belonging to the other two.

ART. 80. Any part of the territory of the Union may be declared in state of siege and the constitutional guarantees suspended in it for a fixed period, whenever the security of the Republic may demand it, in case of foreign aggression or internal disturbance. (Art. 34, No. 21.)

Paragraph 1. If Congress is not in session and the country is in imminent danger, the Executive Power shall be authorized to make this declaration. (Art. 48, No. 15.)

Paragraph 2. In the exercise of this power during a state of siege the Executive shall be restricted to the following measures of repression against persons:

1. To their detention in a place not destined for persons accused of common crimes.

2. To banishment to some other part of the national territory.

Paragraph 3. As soon as the Congress assembles, the President of the Republic shall report to that body all the exceptional measures which he may have taken, and give his reasons for the same.

Paragraph 4. The authorities by whom said measures were taken, shall be responsible for any abuses which may have been committed in connection with them.

ART. 81. Terminated criminal cases may be reviewed at any time, if to the benefit of the condemned parties, by the Federal Supreme Court, which shall amend or affirm the sentence.

Paragraph 1. The law shall determine the manner and form of the revision, which may be asked

ciado, por qualquer do povo, ou *ex officio* pelo Procurador Geral de Republica.

Paragrapho 2°. Na revisão não podem ser aggravadas as penas da sentença revista.

Paragrapho 3°. As disposições do presente artigo são extensivas aos processos militares.

ART. 82. Os funcionarios publicos são estrictamente responsaveis pelos abusos e omissoes em que incorrerem no exercicio de seus cargos, assim como pela indulgencia, ou negligencia em não responsabilisarem effectivamente os seus subalternos.

Paragrapho unico. O funcionario publico obrigar-se-ha por compromisso formal, no acto da posse, ao desempenho dos seus deveres leaes.

ART. 83. Continuum em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regimen, no que explicita ou implicitamente não for contrario ao systema do Governo firmado pela Constituição e aos principios nella consagrados.

ART. 84. O Governo da União afixa o pagamento da divida publica interna e externa.

ART. 85. Os officiaes do quadro e das classes annexas da Armada terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exercito nos cargos de categoria correspondente.

ART. 86. Todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da patria e da Constituição, na forma das leis federaes.

ART. 87. O Exercito Federal compor-se-há de contingentes que os Estados e o Districto Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei annual de fixação de forças.

Paragrapho 1°. Uma lei federal determinará a organização geral do

for, either by the condemned party, by any one of the people, or by the Attorney-General of the Republic on his own motion.

Paragraph 2. In such revisions, the penalties imposed by the reviewed sentences shall not be increased.

Paragraph 3. The provisions of the present article shall also apply to military trials.

ART. 82. Public officers shall be strictly responsible for the abuses and omissions incurred by them in the exercise of their functions, as well as for their failure to exact from their subordinates the proper responsibility for their acts.

Sole paragraph. Public officers shall bind themselves, formally, on taking possession of their offices, to faithfully discharge the lawful duties of the same.

ART. 83. Until revoked, the laws of the former *régime* shall remain in force, except in case they are explicitly or implicitly, contrary to the system of government established by the Constitution, and to the principles proclaimed by its provisions.

ART. 84. The Federal Government guarantees the payment of the public debt, whether domestic or foreign.

ART. 85. The staff and line officers of the Navy shall have the same rank and advantages as the officers of the Army of corresponding category.

ART. 86. Every Brazilian is bound to do military service in defense of the country and the Constitution, as provided by the Federal laws.

ART. 87. The Federal Army shall be made up of contingents, which the States and the Federal District are bound to furnish, in accordance with the law which shall be annually enacted fixing the strength of the public force.

Paragraph 1. A Federal law shall determine the general organization

Exercito, de accordo com o No. 18 do artigo 34.

Paragrapho 2°. A União se encarregará da instrucção militar dos corpos e armas e da instrucção militar superior.

Paragrapho 3°. Fica abolido o recrutamento militar forçado.

Paragrapho 4°. O Exercito e a Armada compor-se-hão pelo voluntariado, sem premio, e em falta deste pelo sorteio, previamente organizado.

Concorrem para o pessoal da Armada a Escola Naval, as de Aprendizizes Marinheiros e a marinha mercante, mediante sorteio.

ART. 88. Os Estados Unidos do Brazil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em alliança com outra nação.

ART. 89. É instituido um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso.

Os membros deste tribunal serão nomeados pelo Presidente da Republica com approvação do Senado e sómente perderão os seus lugares por sentença.

ART. 90. A Constituição poderá ser reformada, por iniciativa do Congresso Nacional, ou das Assembleas dos Estados.

Paragrapho 1°. Considerar-se-há proposta a reforma, quando, sendo apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das Camaras do Congresso Nacional, for acceita em tres discussões, por dous terços de votos, numa e noutra Camara, ou quando for solicitada por dois terços dos Estados, no decurso de um anno, representado cada Estado pela maioria de votos de sua Assembleia.

of the Army, in accordance with No. 18 of article 34.

Paragraph 2. The military instruction of the various branches of the Army service and the high military education shall be in charge of the Union.

Paragraph 3. Compulsory recruiting for military service is abolished.

Paragraph 4. The Army and Navy shall consist of volunteers, enlisted without bounty, and in case that this method of enlistment fails, draftings shall be made according to a plan previously arranged.

The personnel of the Navy shall be made up by lot out of pupils of the Naval School, the schools of midshipmen, and members of the merchant marine.

ART. 88. The United States of Brazil shall in no case engage in a war of conquest, directly or indirectly, by itself or in alliance with another nation.

ART. 89. A Tribunal of Accounts shall be established for the purpose of auditing all the accounts of receipts and expenditures before they are presented to Congress.

The members of this Tribunal shall be appointed by the President of the Republic with the approval of the Senate, and shall lose their places only by judicial sentence.

ART. 90. The Constitution may be amended at the initiative of the National Congress, or of the Legislatures of the States.

Paragraph 1. An amendment shall be considered as proposed, when introduced by one-fourth, at least, of the members of either house of the Congress, and accepted, after three readings, by two-thirds of the votes in both houses of the Congress, or, when suggested by two-thirds of the States, each one of the latter being represented by a majority of the votes of its Legislature, said votes be taken in the course of one year.

Paragrapho 2°. Essa proposta dar-se-há por approvada, si no anno seguinte o for, mediante tres discussões, por maioria de dous terços dos votos nas duas Camaras do Congresso.

Paragrapho 3°. A proposta approvada publicar-se-há com as assignaturas dos presidentes e secretarios das duas Camaras, e incorporar-se-há á Constituição, como parte integrante della.

Paragrapho 4. Não poderão ser admittidos como objecto de deliberação, no Congresso, projectos tendentes a abolir a forma republicana-federativa ou a igualdade da representação dos Estados no Senado.

ART. 91. Approvada esta Constituição, será ella promulgada pela mesa do Congresso e assignada pelos membros deste.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS.

ARTIGO 1. Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembleia Geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos na primeira votação, e, si nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brazil.

Paragrapho 1°. Essa eleição será feita em dous escrutínios distinctos para o Presidente e o Vice-Presidente respectivamente, recebendo-se e apurando-se em primeiro lugar as cédulas para Presidente e procedendo-se em seguida do mesmo modo para o Vice-Presidente.

Paragrapho 2°. O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, occuparão a Presidência e a Vice-Presidência da Republica durante o primeiro periodo presidencial.

Paragrapho 3°. Para essa eleição não haverá incompatibilidades.

Paragraph 2. The proposed amendment shall be considered approved, if, in the following year, after three discussions, it is adopted by a majority of two-thirds of the votes in the two houses of Congress.

Paragraph 3. The amendment adopted shall be published with the signatures of the presidents and secretaries of the two Chambers, and inserted in the Constitution as a part of the same.

Paragraph 4. No project having a tendency to abolish the federative republican form, or the equal representation of the States in the Senate, shall be admitted for consideration in the Congress.

ART. 91. As soon as this Constitution is approved, it shall be promulgated by the presiding officers of the Congress and signed by the members of the same.

TEMPORARY PROVISIONS.

ARTICLE 1. Upon the promulgation of the present Constitution, the Congress, assembled in joint session, shall choose at once, by absolute majority in the first balloting, and, if such be not obtained, by a relative majority in the second, the President and Vice-President of the United States of Brazil.

Paragraph 1. This election shall be made through two different votes, one for the President and another for the Vice-President. The votes for the President shall be taken and counted first, and then the votes for Vice-President shall be taken and counted.

Paragraph 2. The President and Vice-President, thus elected, shall fill the Presidency and Vice-Presidency of the Republic during the first presidential term.

Paragraph 3. There shall be no incompatibilities in this election.

Paragraph 4°. Concluída ella, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte, e, separando-se em Camara e Senado, enceterá o exercicio de suas funções normaes a quinze de Junho do corrente anno, não podendo em hypothese alguma ser dissolvido.

Paragraph 5°. No primeiro anno da primeira legislatura, logo nos trabalhos preparatorios, discriminará o Senado o primeiro e segundo terço de seus membros, cujo mandato ha de cessar no termo do primeiro e do segundo triennios.

Paragraph 6°. Essa discriminação effectuar-se-há em tres listas, correspondentes aos tres terços, graduando-se os Senadores de cada Estado e os do Districto Federal pela ordem de sua votação respectiva, de modo que se distribua ao terço do ultimo triennio o primeiro votado do Districto Federal e em cada um dos Estados, e aos dous terços seguintes os outros dous nomes na escala dos suffragios obtidos.

Paragraph 7°. Em caso de empate, considerar-se-hão favorecidos os mais velhos, decidindo-se por sorteios quando a idade fôr igual.

ART. 2. O Estado que até o fim do anno de mil oitocentos noventa e dous não houver decretado a sua constituição, será submettido, por acto do Congresso, á de um dos outros, que mais conveniente a essa adaptação parecer, até que o Estado sujeito a esse regimen a reforme pelo processo nella determinado.

ART. 3. Á proporção que os Estados se forem organisando, o Governo Federal entregar-lhes-há a administração dos serviços que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da

Paragraph 4. As soon as said election is made, the Congress shall declare its mission in joint session as a convention, to be ended, and, separating itself into Chamber and Senate, shall enter upon the exercise of its normal functions on June fifteenth of the current year, and it shall not for any reason be dissolved.

Paragraph 5. In the first year of the first session, the Senate shall designate preliminarily the first and second thirds of its members, whose term shall cease at the end of the first and second triennium.

Paragraph 6. This designation shall be made in three lists, corresponding to the three thirds of the Senate, whereon the names of the Senators of each State and of the Federal District shall be inscribed, according to the respective number of votes obtained by them, so that the one first in the voting in the Federal District and in each State shall be placed in the list for the last triennium and the others in the lists of the other triennia, according to the relative number of votes obtained by them.

Paragraph 7. In case of tie preference shall be given to the elder, and if the ages be equal the choice shall be made by lot.

ART. 2. The State which, at the end of the year eighteen hundred and ninety-two, has not, as yet, adopted a constitution for itself, shall be, by act of Congress, subjected to that one of another State, which may be deemed most suitable, but the State thus subjected to the constitution of another State shall have the right to amend that instrument in the manner provided in the same.

ART. 3. As fast as the States shall be organized, the Federal Government shall deliver to them the administration of the services which belong to them under the Constitution, and shall settle the

administração federal no tocante a esses serviços e ao pagamento do pessoal respectivo

ART. 4. Enquanto os Estados se occuparem em regularisar as despesas, durante o periodo de organização dos seus serviços, o Governo Federal abrir-lhes-há para esse fim creditos especiaes, segundo as condições estabelecidas por lei.

ART. 5. Nos Estados que se forem organisando, entrará em vigor a classificação das rendas estabelecida na Constituição.

ART. 6. Nas primeiras nomeações para a magistratura federal e para a dos Estados serão preferidos os juizes de direito e os desembargadores de mais nota.

Os que não forem admittidos na nova organização judiciaria, e tiverem mais de trinta annos de exercicio, serão aposentados com todos os seus vencimentos.

Os que tiverem menos de trinta annos de exercicio continuarão a perceber seus ordenados, até que sejam aproveitados ou aposentados com ordenado correspondente ao tempo de exercicio.

As despesas com os magistrados aposentados ou postos em disponibilidade serão pagas pelo Governo Federal.

ART. 7. É concedida a D. PEDRO DE ALCANTARÁ, ex-Imperador do Brazil, uma pensão que, a contar de 15 de Novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida, subsistencia decente. O Congresso ordinario, em sua primeira reunião, fixará o *quantum* d'esta pensão.

ART. 8. O Governo Federal adquirirá para a Nação a casa em que falleceu o Dr. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES e n'ella mandará collocar uma lapide

responsibility of the Federal administration in all that relates to said services and to the payment of the respective officials.

ART. 4. Until the States succeed in regulating their expenses and during the whole period of organization of their services, the Federal Government shall grant them, for this purpose, special credits to be used in the manner and under the conditions determined by law.

ART. 5. As soon as the States are organized, the classification of the revenues established in the Constitution shall enter into force.

ART. 6. In the first appointments of Federal and State judges, preference shall be given to the present members of the law courts, and to those judicial officers called *desembargadores*, who may enjoy the greatest reputation.

Judges who have served for over thirty years and cannot have positions in the new judicial organization shall be retired on full pay.

Those who have served for less than thirty years shall continue to receive their present salaries until they are employed or retired with salaries corresponding to their time of service.

The expenses to be incurred in paying the salaries of the judges placed on the retired or reserve lists shall be paid by the Federal Government.

ART. 7. On and after November 15, 1889, a pension shall be paid to D. PEDRO DE ALCANTARA, ex-Emperor of Brazil, which shall guarantee him a suitable maintenance for the remainder of his life. Congress in its first regular session shall fix the amount of this pension.

ART. 8. The Federal Government shall acquire for the Nation the house in which BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES died, and shall order a tablet to be

em homenagem á memoria do grande patriota, o Fundador da Republica.

Paragrapho unico. A viuva do mesmo Dr. BENJAMIM CONSTANT terá, enquanto viver, o usufructo da casa mencionada.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução d'esta Constituição pertencerem, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como n'ella se contem.

Publique-se e cumpra-se em todo o territorio da Nação.

Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte na cidade do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica.

placed upon the same in memory of that great patriot, the founder of the Republic.

Sole paragraph. The widow of said BENJAMIN CONSTANT shall enjoy the use of said house during her life.

We do therefore order all the authorities to whom the recognition and execution of this Constitution belongs to execute and cause others to execute and faithfully observe its provisions.

Let the same be published and complied with throughout the Nation.

Hall of Sessions of the Constitutional Congress, in the city of Rio de Janeiro, on the twenty-fourth day of February in the year eighteen hundred and ninety-one, the third of the Republic.

CONSTITUCIÓN.

Nosotros, los representantes del pueblo brasileño, reunidos en convención constitucional con el fin de organizar un Gobierno libre y democrático, por la presente establecemos, decretamos y promulgamos la siguiente Constitución para la República de los Estados Unidos del Brasil.

TÍTULO I.

ORGANIZACIÓN FEDERAL.

DISPOSICIONES PRELIMINARES.

ARTÍCULO 1. La nación brasileña adopta para su Gobierno la forma representativa republicana federal, tal como se proclamó el quince de Noviembre de mil ochocientos ochenta y nueve, y se constituye así, por la unión perpetua é indisoluble de sus antiguas provincias, bajo el nombre de Los Estados Unidos del Brasil.

ART. 2. Cada una de las antiguas provincias constituirá un Estado, y el antiguo distrito municipal neutral constituirá el Distrito Federal, y continuará siendo la capital de la Unión hasta que se pongan en efecto las disposiciones del siguiente artículo.

ART. 3. Á la Unión pertenecerá una zona de catorce mil cuatrocientos kilómetros cuadrados, situada en la meseta central de la República, que se demarcará oportunamente, y en este sitio se establecerá la futura capital federal.

Párrafo único. Efectuada la mudanza de la capital, el actual Distrito Federal pasará á constituir un Estado.

ART. 4. Los Estados podrán incorporarse entre sí, subdividirse ó desmembrarse para anexarse á otros ó formar nuevos Estados, con la aquiescencia de las respectivas Asambleas Legislativas locales, en dos sesiones anuales sucesivas, y con la aprobación del Congreso Nacional.

ART. 5. Incumbe á cada Estado proveer, á sus expensas, á las necesidades de su propio gobierno y administración. Sin embargo, la Unión podrá prestar auxilio á un Estado que lo solicite en caso de una calamidad pública.

ART. 6. El Gobierno Federal no podrá intervenir en los asuntos que pertenecen especialmente á los Estados, salvo en los casos siguientes:

1. Para repeler una invasión extranjera ó la invasión de un Estado por otro.
2. Para mantener la forma de gobierno republicano federal.
3. Para restablecer el orden y la tranquilidad en los Estados á petición de los gobiernos locales.
4. Para obtener la ejecución de las leyes y decretos federales.

ART. 7. Es competencia exclusiva de la Unión decretar:

1. Los derechos sobre importaciones de procedencia extranjera.
2. Los derechos de entrada, salida y permanencia de buques; quedando libre de derechos, así el comercio de cabotaje de artículos nacionales, como el de mercancías extranjeras que ya hayan pagado un derecho de importación.

3. Los derechos del timbre, salvo la restricción mencionada en el artículo 9, párrafo 1, No. 1.

4. Las contribuciones postales y de telégrafos federales.

Párrafo 1. También compete privativamente á la Unión:

1. La institución de bancos de emisión.
2. La creación y mantenimiento de aduanas.

Párrafo 2. Los derechos decretados por la Unión deberán ser uniformes para todos los Estados.

Párrafo 3. Los funcionarios federales ejecutarán las leyes, actos y decretos de las autoridades de la Unión en todo el país. Sin embargo, la ejecución de las primeras puede confiarse á los gobiernos de los Estados, con la anuencia de aquéllas.

ART. 8. Se prohíbe al Gobierno Federal establecer distinciones y preferencias á favor de los puertos de algunos de los Estados contra los de otros.

ART. 9. Es incumbencia exclusiva de los Estados decretar impuestos:

1. Sobre la exportación de mercancías producidas en sus propios Estados.

2. Sobre las fincas rústicas y urbanas.

3. Sobre el traspaso de propiedades.

4. Sobre las industrias y profesiones.

Párrafo 1. También compete exclusivamente á los Estados decretar:

1. La contribución del timbre en cuanto á los actos que emanen de sus respectivos gobiernos y de sus asuntos internos.

2. Las contribuciones relativas á su servicio postal y de telégrafos.

Párrafo 2. Los productos de los otros Estados están exentos de impuestos en el Estado del cual se exportan.

Párrafo 3. Será lícito para un Estado imponer derechos sobre las importaciones de mercancías extranjeras únicamente cuando se destinen al consumo en su propio territorio; y en tal caso, ingresará ó entregará en el Tesoro Federal el monto de los derechos cobrados.

Párrafo 4. Los Estados tienen el derecho de establecer líneas telegráficas entre diferentes puntos de sus propios territorios, y entre estos puntos y los de otros Estados que no tengan un servicio telegráfico federal, pudiendo la Unión apropiárselos siempre que sea en bien de los intereses generales.

ART. 10. A los Estados se les prohíbe imponer contribuciones sobre las propiedades ó rentas federales ó sobre los servicios que estén á cargo de la Unión, y vice versa.

ART. 11. A los Estados, así como á la Unión, se les prohíbe:

1. Imponer derechos sobre los productos de otros Estados ó de países extranjeros, declarados de tránsito por el territorio de cualquier Estado ó de un Estado á otro, así como sobre los vehículos, ya sea por tierra ó por mar, mediante los cuales se conducen dichos productos.

2. Establecer, subvencionar ó estorbar el ejercicio de los cultos religiosos.

3. Dictar leyes *ex post facto* ó retroactivas.

ART. 12. Además de las fuentes de renta mencionadas en los artículos 7 y 8, será lícito, así á la Unión como á los Estados, crear, de mancomún ó no, cualesquiera otras rentas que no sean incompatibles con lo dispuesto en los artículos 7, 9 y 11, No. 1.

ART. 13. El derecho de la Unión y de los Estados para legislar acerca de los ferrocarriles y la navegación interior se regirá por la Ley federal.

Párrafo único. La navegación de cabotaje se hará con buques nacionales.

ART. 14. Las fuerzas de mar y tierra son instituciones nacionales permanentes que se destinan á defender la nación contra todo ataque ó invasión extranjera y al mantenimiento de las leyes del país. Dentro de los límites de la ley, á dichas fuerzas, por virtud de su índole, se les exigirá la obediencia de los subalternos á sus jefes, estando obligadas á apoyar todas las instituciones constitucionales.

ART. 15. Los poderes legislativo, ejecutivo y judicial, son órganos de la soberanía nacional armónicos é independientes entre sí.

SECCIÓN I.

El Poder Legislativo.

CAPÍTULO I.

Disposiciones generales.

ART. 16. El Poder Legislativo lo ejerce el Congreso nacional, con la sanción del Presidente de la República.

Párrafo 1. El Congreso Nacional se compone de dos ramas: La Cámara de Diputados y el Senado.

Párrafo 2. La elección de Senadores y de Diputados se celebrará simultáneamente en todo el país.

Párrafo 3. Nadie podrá ser Senador y Diputado al mismo tiempo.

ART. 17. El Congreso se reunirá en la capital federal, el día tres de Mayo de cada año, sin ser convocado, si la ley no designase otro día, y continuará en sesión durante cuatro meses, á contar de la fecha de su apertura, pudiendo prorrogarse, suspender su sesión, ó convocarse para una sesión extraordinaria.

Párrafo 1. Sólo al Congreso compete deliberar sobre la prórroga y suspensión de sus sesiones.

Párrafo 2. Cada legislatura durará tres años.

Párrafo 3. Cuando ocurriese una vacante en el Congreso á causa de renuncia ó por cualquier otro motivo, el Estado correspondiente ordenará inmediatamente la elección de un nuevo miembro.

ART. 18. La Cámara de Diputados y el Senado se reunirán separadamente, y las sesiones serán públicas, á menos que se resolviera lo contrario por una mayoría de votos. Se exigirá una mayoría de votos para aprobar cualquiera medida en cada Cámara, con tal que haya un quorum que deberá consistir de una mayoría absoluta de sus miembros.

Párrafo único. Á cada Cámara incumbe:

Comprobar y confirmar los poderes de sus miembros.

Elegir sus funcionarios.

Dictar su Reglamento interior.

Regular su servicio de policía interior.

Nombrar los empleados de su Secretaría.

ART. 19. Á los Diputados y Senadores no se les podrá hacer responsables de sus opiniones, asertos y votos en el cumplimiento de su misión.

ART. 20. Los Diputados y Senadores, á contar de la fecha en que reciban sus credenciales como tales, hasta la nueva elección, no podrán ser presos ni procesados criminalmente, sin previo permiso de la Cámara respectiva, salvo en el caso de ser sorprendidos in fraganti, cuando se trate de un delito que no admita fianza. En este último caso, el tribunal deberá practicar todas las diligencias necesarias, y remitir las actuaciones á la Cámara respectiva, á fin de que ésta decida si procede ó no la acusación, á menos que el acusado opte por que se le juzgue inmediatamente.

ART. 21. Los miembros de ambas Cámaras, al tomar posesión de sus puestos, prestarán el debido y formal juramento en sesión pública, de que cumplirán fielmente sus deberes.

ART. 22. Durante las sesiones los Senadores y Diputados tendrán derecho á percibir un sueldo y emolumentos, que ha de fijar el Congreso al fin de cada legislatura para la siguiente.

ART. 23. Ningún miembro del Congreso podrá, desde el día de su elección, celebrar contratos con el Poder Ejecutivo, ni recibir de él ningún empleo ó encargo remunerado.

Exceptúanse de esta prohibición:

1. Las misiones diplomáticas.
2. Las comisiones en el servicio militar.
3. Los ascensos ó promociones legales.

Párrafo 2. Sin embargo, ningún Diputado ó Senador podrá aceptar un nombramiento para misiones ó empleos en el servicio militar, según se preceptúa en los números 1 y 2 del párrafo precedente, sin obtener primero el permiso de la Cámara respectiva, cuando la aceptación prive al miembro del ejercicio de sus funciones legislativas, salvo en caso de guerra ó en los casos en que estén empeñadas la honra y la integridad de la Unión.

ART. 24. Ningún Diputado ó Senador podrá ser Presidente de las juntas directivas de bancos, compañías ó empresas que gocen de las prerrogativas del Gobierno Federal, definidas en la ley, ó tomar parte en su gobierno.

Párrafo único. La inobservancia de los preceptos contenidos en este artículo y en el precedente, importa la pérdida del puesto.

ART. 25. El puesto de Senador ó Diputado es incompatible con el ejercicio de cualquiera otra función mientras duren las sesiones.

ART. 26. Son condiciones de elegibilidad al Congreso Nacional:

1. Gozar de los derechos de ciudadano brasileño, y tener derecho á registrarse como elector.

2. Para ser elegido á la Cámara de Diputados, el candidato tiene que haber sido ciudadano brasileño por más de cuatro años; y para ser Senador, tiene que haber sido ciudadano brasileño por más de seis años.

Este precepto no incluye á los ciudadanos mencionados en el No. 4 del artículo 69.

ART. 27. El Congreso declarará, en una ley especial, los casos de incompatibilidad electoral.

CAPÍTULO II.

La Cámara de Diputados.

ART. 28. La Cámara de Diputados se compone de representantes del pueblo elegidos por los Estados y el Distrito Federal, por sufragio directo, con tal que se garantice la representación de la minoría.

Párrafo 1. El número de diputados será fijado por la ley en una proporción que no ha de exceder de uno por cada setenta mil, pero cada Estado tendrá por lo menos cuatro diputados.

Párrafo 2. Con este fin el Gobierno Federal ordenará que se haga en seguida el censo de la población de la República, el cual será renovado cada diez años.

ART. 29. Corresponde á la Cámara la iniciativa para la suspensión de la sesión legislativa, y la de todas las leyes relativas á impuestos, creación y fijación del número de fuerzas de tierra y mar, discusión de las recomendaciones hechas por el Poder Ejecutivo, y declaración de procedencia ó improcedencia de la acusación del Presidente de la República, con arreglo á los preceptos del artículo 53, y de los miembros del Gabinete ó ministros de Estado, en los crímenes que cometan en connivencia con el Presidente de la República.

CAPÍTULO III.

El Senado.

ART. 30. El Senado se compone de ciudadanos elegibles con arreglo al artículo 26, y mayores de treinta y cinco años. Habrá tres Senadores por cada Estado, y tres por el Distrito Federal, elegidos del mismo modo que los Diputados.

ART. 31. El cargo de Senador durará nueve años, renovándose cada tres años una tercera parte del Senado.

Párrafo único. El Senador elegido en substitución de otro, ejercerá su cargo durante el tiempo que le restaba al Senador reemplazado.

ART. 32. El Vice-Presidente de la República será presidente del Senado, donde sólo tendrá voto en caso de empate, y será substituído en caso de ausencia ó impedimento por el Vice-Presidente de la misma Cámara.

ART. 33. Incumbe exclusivamente al Senado juzgar al Presidente de la República y á los demás funcionarios federales designados por la Constitución, bajo las condiciones y de la manera que ella prescribe.

Párrafo 1. Cuando el Senado delibera como tribunal de justicia, será presidido por el Presidente del Tribunal Supremo Federal.

Párrafo 2. No pronunciará sentencia condenatoria, sino por el voto de dos terceras partes de los miembros que se hallen presentes.

Párrafo 3. No podrá imponer otras penas que la pérdida del cargo y la incapacidad de ejercer cualquier otro, dejando á la justicia ordinaria toda otra acción contra el condenado.

CAPÍTULO IV.

Atribuciones del Congreso.

ART. 34. Incumbe privativamente al Congreso Nacional:

1. Calcular la renta y fijar anualmente los gastos del Gobierno Federal, así como llevar cuenta de los ingresos y egresos de cada año económico.

2. Autorizar al Poder Ejecutivo para levantar empréstitos y hacer otras operaciones de crédito.
3. Legislar sobre la deuda pública y proveer medios para su pago.
4. Reglamentar la recaudación y distribución de la renta federal.
5. Reglamentar el comercio internacional, así como el de los Estados entre sí, y con el Distrito Federal; establecer aduanas y crear ó suprimir almacenes de depósitos.
6. Legislar sobre la navegación de ríos que corran por más de un Estado ó se extiendan hasta un territorio extranjero.
7. Determinar el peso, valor, inscripción, tipo y denominación de las monedas.
8. Crear bancos de emisión, legislar acerca de esta emisión é imponerle contribuciones.
9. Fijar el patrón de pesos y medidas.
10. Resolver definitivamente sobre los límites de los respectivos Estados, entre sí, los del Distrito Federal, y los del Territorio nacional.
11. Autorizar al Gobierno para declarar la guerra cuando fracasase el arbitraje ó no pudiese éste efectuarse, y para hacer la paz.
12. Resolver definitivamente sobre los tratados y convenciones que se celebren con naciones extranjeras.
13. Mudar la capital de la Unión.
14. Conceder subvenciones á los Estados en el caso á que se refiere el artículo 5.
15. Legislar acerca del servicio federal de correos y telégrafos.
16. Adoptar las medidas necesarias para la protección de las fronteras.
17. Fijar anualmente el número de las fuerzas de tierra y mar.
18. Legislar sobre la organización del ejército y la marina.
19. Conceder ó negar el paso por el territorio nacional, á fuerzas extranjeras que vayan á efectuar en otra parte operaciones militares.
20. Movilizar y utilizar la guardia nacional ó la milicia, en los casos previstos por la Constitución.
21. Declarar en estado de sitio uno ó más puntos del territorio nacional, en caso de ataque extranjero ó de conmoción intestina, y aprobar ó suspender el estado de sitio que hubiere sido declarado por el Poder Ejecutivo ó por sus agentes responsables, cuando se haga en ausencia del Congreso.
22. Dictar las condiciones y modo de efectuarse las elecciones para cargos Federales en todo el país.
23. Legislar sobre el Derecho civil, comercial y criminal de la República, y sobre procedimientos federales.
24. Establecer leyes uniformes sobre naturalización.
25. Crear y suprimir empleos públicos federales, determinar sus atribuciones y fijar sus sueldos.
26. Organizar la justicia federal con arreglo á los términos del artículo 55 y siguientes de la sección III.
27. Conceder amnistía.
28. Conmutar y perdonar las penas impuestas á funcionarios Federales en los casos de responsabilidad oficial.
29. Legislar sobre las tierras y minas pertenecientes á la Unión.
30. Legislar sobre la organización municipal del Distrito Federal, y sobre policía, educación superior y los demás servicios que en la capital incumben al Gobierno federal.
31. Someter á una legislación especial los puntos del territorio de la

República que sean necesarios para el establecimiento de arsenales ú otras instituciones de conveniencia federal.

32. Reglamentar la extradición entre los Estados.

33. Dictar las leyes y resoluciones necesarias para el debido ejercicio de los poderes que pertenecen á la Unión.

34. Dictar leyes orgánicas para la ejecución completa de la Constitución.

35. Prorrogar y suspender sus sesiones.

ART. 35. Incumbe, asimismo, al Congreso, pero no privativamente:

1. Velar por el cumplimiento de la constitución y las leyes, y proveer á las necesidades de carácter federal.

2. Fomentar en el país el desarrollo de las letras, las artes y las ciencias, así como la inmigración, la agricultura, las industrias y el comercio, con tal que los privilegios concedidos con este fin no estorben la acción de los gobiernos locales.

3. Crear instituciones de segunda enseñanza y de instrucción superior en los Estados.

4. Proveer á la segunda enseñanza en el Distrito Federal.

CAPÍTULO V.

Leyes y resoluciones.

ART. 36. Salvo las excepciones mencionadas en el artículo 29, todos los proyectos de ley pueden iniciarse indistintamente, en la Cámara ó en el Senado, y pueden ser presentados por cualquiera de sus miembros.

ART. 37. Todo proyecto de ley, después de haber sido aprobado en una de las Cámaras, se someterá á la consideración de la otra, y si esta última lo aprobase también, se enviará al Poder Ejecutivo, el cual, si lo aprobase, lo sancionará y promulgará.

Párrafo 1. Si el Presidente de la República juzgase que el proyecto de ley es anticonstitucional ó contrario á los intereses de la Nación, le pondrá el veto dentro de diez días hábiles, á contar de la fecha en que lo recibió, y lo devolverá dentro del mismo plazo á la Cámara donde se inició, exponiendo los motivos que tiene para rechazarlo.

Párrafo 2. Si el Presidente de la República dejase de aprobar ó desaprobar el proyecto de ley dentro de diez días hábiles, se entenderá que lo sanciona, y en caso de que el proyecto de ley fuese rechazado cuando ya estuviere cerrado el Congreso, el Presidente publicará los motivos que tiene para ello.

Párrafo 3. Devuelto el proyecto de ley á la Cámara donde se inició, se discutirá en ella y se someterá á una votación nominal, considerándose aprobado si obtuviese dos tercios de los votos de los miembros presentes. En este caso, el proyecto se remitirá á la otra Cámara, la cual, si lo aprobase por los mismos trámites y por la misma mayoría, lo enviará, como ley, al Poder Ejecutivo para que la promulgue con las formalidades debidas.

Párrafo 4. La sanción y promulgación se efectuarán de acuerdo con las siguientes fórmulas:

1. "El Congreso Nacional decreta, y yo sanciono, la siguiente ley (ó resolución)."

2. "El Congreso Nacional decreta, y yo promulgo, la siguiente ley (ó resolución)."

ART. 38. Si la ley no fuese promulgada dentro de cuarenta y ocho horas por el Presidente de la República, en los casos mencionados en los párrafos 2 y 3 del artículo 37, el Presidente del Senado, ó el Vice-Presidente, en caso de que el primero no lo hiciere dentro de igual plazo, la promulgará, usando la siguiente formula: "Yo, el Presidente (ó Vice-Presidente) del Senado, por la presente hago saber á todos los que las presentes vieren, que el Congreso Nacional decreta y promulga la siguiente ley ó resolución."

ART. 39. Todo proyecto de ley procedente de una Cámara, que sea enmendado en la otra, volverá á la primera, la cual, si acepta las enmiendas, lo enviará modificado, en conformidad con ellas, al Poder Ejecutivo.

Párrafo 1. En caso contrario, volverá á la Cámara donde fué enmendado, y si ésta insiste en las alteraciones hechas por una mayoría de dos tercios de los votos de los miembros presentes, se considerarán aprobadas, y entonces se remitirán, junto con el proyecto de ley, á la Cámara iniciadora donde sólo podrán reprobarse por igual mayoría de votos.

Párrafo 2. Rechazadas de este modo las alteraciones, el proyecto de ley se someterá, sin ellas, á la sanción del Poder Ejecutivo.

ART. 40. Los proyectos de ley rechazados finalmente ó no sancionados, no podrán ser renovados en la misma sesión legislativa.

SECCIÓN II.

El Poder Ejecutivo.

CÁPULO I.

El Presidente y el Vice-Presidente.

ART. 41. Ejerce el Poder Ejecutivo el Presidente de los Estados Unidos del Brasil, como Jefe elegido de la Nación.

Párrafo 1. Substituirá al Presidente, en caso de impedimento, y le sucederá cuando ocurra una vacante en la Presidencia, el Vice-Presidente, elegido simultáneamente con él.

Párrafo 2. En caso de impedimento del Vice-Presidente, ó de que ocurra la vacante del cargo, los siguientes funcionarios serán llamados á la Presidencia por el orden que sigue: El Vice-Presidente del Senado, el Presidente de la Cámara de Diputados y el Presidente del Tribunal Supremo Federal.

Párrafo 3. Son condiciones esenciales para ser elegido Presidente ó Vice-Presidente de la República:

1. Ser natural del Brasil.
2. Estar en el pleno ejercicio de los derechos políticos.
3. Ser mayor de treinta y cinco años.

ART. 42. En caso de vacante de la Presidencia ó Vice-Presidencia, por cualquiera causa, antes de que hayan transcurrido dos años del término presidencial, se efectuará una nueva elección.

ART. 43. El Presidente ejercerá su cargo durante cuatro años, no pudiendo ser reelecto para el inmediato período presidencial.

Párrafo 1. El Vice-Presidente que ejerciese la Presidencia durante el último año del término presidencial, no podrá ser electo Presidente para el término siguiente.

Párrafo 2. El Presidente dejará de ejercer sus funciones improrrogablemente el mismo día en que termine su período presidencial y le sucederá en seguida el Presidente recién electo.

Párrafo 3. Si éste se hallare impedido ó faltase, su sustitución se efectuará de acuerdo con los términos de los párrafos 1 y 2 del artículo 41.

Párrafo 4. El primer término presidencial terminará el quince de Noviembre de mil ochocientos noventa y cuatro.

ART. 44. Al tomar posesión de su cargo, el Presidente, en sesión pública del Congreso, ó ante el Tribunal Supremo Federal, si el Congreso no estuviere reunido, hará la siguiente afirmación:

“Prometo mantener y cumplir con perfecta lealtad la Constitución Federal, fomentar el bienestar general de la República, cumplir sus leyes, mantener la Unión, su integridad é independencia.”

ART. 45. El Presidente y Vice-Presidente no podrán salir del territorio nacional sin permiso del Congreso, so pena de perder su puesto.

ART. 46. El Presidente y el Vice-Presidente percibirán el sueldo fijado por el Congreso en el término presidencial antecedente.

CAPÍTULO II.

Elección de Presidente y Vice-Presidente.

ART. 47. El Presidente y el Vice-Presidente de la República serán elegidos por sufragio directo de la Nación y por una mayoría absoluta de votos.

Párrafo 1. La elección se celebrará el día primero de Marzo del último año del término presidencial, procediéndose en la Capital Federal y en las de los Estados, al escrutinio de los votos recibidos en las respectivas circunscripciones. El Congreso contará los votos en su primera sesión del mismo año, sea cual fuere el número de miembros presentes.

Párrafo 2. Si ninguno de los candidatos por quienes se hubiere votado obtuviese una mayoría absoluta, el Congreso elegirá, por mayoría de votos de los que estén presentes, uno de los que hubiesen alcanzado el mayor número de votos en la elección directa.

En caso de empate, se considerará electo el candidato de más edad.

Párrafo 3. El procedimiento de la elección y del escrutinio será objeto de una ley ordinaria.

Párrafo 4. Serán inelegibles para los cargos de Presidente y Vice-Presidente, los parientes consanguíneos y afines, dentro del primero y segundo grado del Presidente ó Vice-Presidente que se halle en ejercicio de su cargo en el momento de la elección, ó que lo haya estado seis meses antes.

CAPÍTULO III.

Atribuciones del Poder Ejecutivo.

ART. 48. Incumbe privativamente al Presidente de la República:

1. Sancionar, promulgar y hacer publicar las leyes y resoluciones del Congreso; expedir decretos, instrucciones y reglamentos, para su fiel ejecución.

2. Nombrar y destituir á su voluntad los Ministros de Estado ó miembros de su Gabinete.

3. Ejercer ó designar al que deba ejercer el mando supremo de las

fuerzas de tierra y mar de los Estados Unidos del Brasil, cuando fueren llamadas á las armas para la defensa interior ó exterior de la Unión.

4. Ejercer el mando del Ejército y Marina, y distribuir sus respectivas fuerzas en conformidad con las leyes federales y las necesidades del Gobierno Nacional.

5. Proveer los cargos civiles y militares de carácter federal, salvo las restricciones estipuladas en la Constitución.

6. Indultar y conmutar las penas por crímenes que estén sujetos á la jurisdicción federal, salvo en los casos á que se hace referencia en los artículos 34, No. 28, y 52, párrafo 2.

7. Declarar la guerra y hacer la paz, con arreglo á los términos del artículo 34, No. 11.

8. Declarar inmediatamente la guerra en los casos de invasión ó agresión extranjera.

9. Dar cuenta anualmente de la situación del país al Congreso Nacional, indicándole las providencias y reformas que sean urgentes, en un mensaje que remitirá al Secretario del Senado, el día de la apertura de la sesión legislativa.

10. Convocar al Congreso á sesiones extraordinarias.

11. Nombrar los magistrados federales mediante la propuesta del Tribunal Supremo.

12. Nombrar los miembros del Tribunal Supremo Federal y los Ministros del Cuerpo Diplomático, estando el nombramiento sujeto á la aprobación del Senado, y en caso de ausencia del Congreso, designarlos en comisión hasta que el Senado los apruebe.

13. Nombrar los demás miembros del cuerpo diplomático y los agentes consulares.

14. Mantener las relaciones con los Estados extranjeros.

15. Declarar, por sí, ó por conducto de sus agentes responsables, el estado de sitio de cualquier punto del territorio nacional, en los casos de agresión extranjera ó de grave conmoción intestina. (Art. 6, No. 3; Art. 34, No. 21, y Art. 80.)

16. Entablar negociaciones internacionales, celebrar convenios, convenciones y tratados, siempre *ad referendum* del Congreso, y aprobar los que celebren los Estados en conformidad con el artículo 65, someténdolos, siempre que sea necesario, á la autoridad del Congreso.

CAPÍTULO IV.

Los Ministros de Estado.

ART. 49. El Presidente de la República será auxiliado por los Ministros de Estado, agentes de su confianza, que suscribirán las actas, y cada uno de ellos presidirá en los Ministerios en que se divida la administración federal.

ART. 50. Ningún Ministro de Estado podrá ejercer otro empleo ó función pública, ni ser electo Presidente ó Vice-Presidente de la Unión, Diputado ó Senador.

Párrafo único. El Diputado ó Senador que aceptare un cargo de Ministro de Estado, perderá su puesto en la Cámara respectiva, y se procederá inmediatamente á una nueva elección, en la cual no se podrá votar por él.

ART. 51. Los Ministros de Estado no podrán comparecer á las sesiones del Congreso, y sólo se comunicarán con él por escrito. Podrán celebrar personalmente conferencias con las comisiones de las Cámaras.

Los informes anuales de los Ministros serán dirigidos al Presidente de la República y distribuidos á todos los miembros del Congreso.

ART. 52. Los Ministros de Estado no son responsables ante el Congreso ó ante los tribunales, por los consejos que hayan dado al Presidente de la República.

Párrafo 1. Serán responsables, sin embargo, en cuanto á sus propios actos, por los crímenes definidos en la ley.

Párrafo 2. En los casos de delitos comunes, y en los de responsabilidad oficial, serán procesados y juzgados por el Tribunal Supremo Federal, y por los que cometan conjuntamente con el Presidente de la República, por la autoridad competente para juzgar estos últimos.

CAPÍTULO V.

Responsabilidad del Presidente.

ART. 53. El Presidente de los Estados Unidos del Brasil será procesado y juzgado, después que la Cámara declare procedente la acusación, ante el Tribunal Supremo Federal, cuando se trate de delitos comunes, y en los casos de responsabilidad oficial, ante el Senado.

Párrafo único. Decretada la procedencia de la acusación, el Presidente quedará suspenso en el ejercicio de sus funciones.

ART. 54. Son crímenes ó delitos que envuelven responsabilidad oficial del Presidente de la República los actos que atentaren contra:

1. La existencia política de la Unión.
2. La Constitución y la forma de Gobierno Federal.
3. El libre ejercicio de los poderes políticos.
4. El goce y ejercicio legal de los derechos políticos ó individuales.
5. La seguridad interior del país.
6. La probidad ú honradez de la administración.
7. La custodia y empleo constitucional de los fondos públicos.
8. Las asignaciones votadas por el Congreso.

Párrafo 1. Estos delitos se definirán mediante una ley especial.

Párrafo 2. Otra ley reglamentará la acusación, el proceso y la sentencia.

Párrafo 3. Estas dos leyes serán decretadas en la primera sesión del primer Congreso

SECCIÓN III.

El Poder Judicial.

ART. 55. El Poder Judicial de la Unión lo ejercen el Tribunal Supremo Federal, que reside en la Capital de la República, y los demás tribunales inferiores federales distribuidos por todo el país, que establezca el Congreso.

ART. 56. El Tribunal Supremo Federal se compondrá de quince Magistrados, nombrados con arreglo á los preceptos del artículo 48, No. 12, de entre ciudadanos de notable saber y reputación que sean elegibles al Senado.

ART. 57. Los jueces federales serán vitalicios y perderán su cargo únicamente por virtud de sentencia judicial.

Párrafo 1. Sus sueldos se fijarán por la ley, y no podrán ser disminuídos.

Párrafo 2. El Senado juzgará á los miembros del Tribunal Supremo en los casos de responsabilidad oficial, y á su vez, el referido Tribunal juzgará á los jueces federales inferiores.

ART. 58. Los tribunales federales elegirán de su seno su Presidente, y organizarán sus respectivas secretarías.

Párrafo 1. El nombramiento y destitución de los empleados de secretaría, así como la provisión de los funcionarios judiciales en las circunscripciones judiciales, corresponde á los presidentes de los tribunales respectivos.

Párrafo 2. El Presidente de la República designará de entre los miembros del Tribunal Supremo Federal, un Procurador General de la República, cuyas atribuciones se definirán por la ley.

ART. 59. Al Tribunal Supremo Federal incumbe:

I. Conocer original y privativamente:

(a) De las causas contra el Presidente de la República, por delitos comunes, y contra los Ministros de Estado en los casos mencionados en el artículo 52.

(b) De las causas contra los ministros diplomáticos, por delitos comunes y en los casos de responsabilidad oficial.

(c) De las causas y conflictos de jurisdicción entre la Unión y los Estados ó entre los Estados unos con otros.

(d) De los litigios y de las reclamaciones entre naciones extranjeras y la Unión ó entre naciones extranjeras y los Estados.

(e) De los conflictos de los jueces ó tribunales Federales entre sí, ó entre éstos y los de los Estados, así como entre los jueces y tribunales de un Estado y los jueces y tribunales de otro Estado.

II. Juzgar en grado de apelación, las cuestiones resueltas por los jueces y tribunales federales, así como las mencionadas en el párrafo I del presente artículo, y el artículo 60;

III. Revisar los procesos resueltos, con arreglo á los términos del artículo 81.

Párrafo 1. Las sentencias de los tribunales del Estado en última instancia pueden llevarse en recurso al Tribunal Supremo Federal:

(a) Cuando se ponga en tela de juicio la validez ó la aplicabilidad de los tratados ó leyes federales, y la decisión del tribunal del Estado fuese contra ella.

(b) Cuando se ponga en tela de juicio la validez de las leyes ó de los actos de los Gobiernos de los Estados, tocante á la Constitución ó á las leyes federales, y cuando la decisión del tribunal del Estado considerase válidos dichos actos ó dichas leyes impugnadas.

Párrafo 2. En los casos en que hubieren de aplicarse las leyes de los Estados, el Tribunal federal consultará la jurisprudencia de los tribunales locales, y vice versa, los tribunales de los Estados consultarán la jurisprudencia de los tribunales federales siempre que hubieren de interpretar las leyes de la Unión.

ART. 60. Incumbe á los jueces y á los tribunales federales conocer de:

(a) Las causas en que alguna de las partes fundare la acusación ó la defensa en las disposiciones ó preceptos de la Constitución Federal.

(b) Todas las causas iniciadas contra el Gobierno de la Unión ó contra el Tesoro Nacional, fundadas en disposiciones de la Constitución, ó de leyes y reglamentos del Poder Ejecutivo, ó en los contratos celebrados con el mismo Gobierno.

(c) Las causas provenientes de compensaciones, recuperación de propiedades, indemnización por daños y perjuicios, ó cualesquiera otras causas iniciadas ó entabladas por el Gobierno de la Unión contra particulares ó vice versa.

(d) Los litigios entre un Estado y los ciudadanos de otro, ó entre los

ciudadanos de diferentes Estados, cuando las leyes de éstos son distintas.

(e) Los pleitos entre Estados extranjeros y ciudadanos brasileños.

(f) Los pleitos entablados por extranjeros y fundados en contratos celebrados por el Gobierno Federal, ó en convenciones ó tratados de la Unión con otras naciones.

(g) Las cuestiones de Derecho marítimo y navegación, tanto en el océano como en los ríos y lagos del país.

(h) Las cuestiones de Derecho criminal ó civil internacional.

(i) Los delitos políticos.

Párrafo 1. Al Congreso le está vedado someter ninguna parte de la jurisdicción federal á los tribunales de los Estados.

Párrafo 2. Las sentencias y órdenes de la magistratura federal, serán ejecutadas por funcionarios del Tribunal Federal ó de la Unión, y la policía local quedará obligada á prestarle auxilio cuando ellos la invoquen.

ART. 61. Las decisiones de los jueces y tribunales de los Estados, en los asuntos de su competencia, podrán terminar los procesos y cuestiones, salvo en cuanto al:

1. *Habeas corpus*, ó

2. Los bienes de un difunto extranjero, en los casos que no estuvieren previstos en una convención ó tratado.

En tales casos habrá un recurso voluntario al Tribunal Supremo Federal.

ART. 62. Los tribunales de los Estados no podrán intervenir en las cuestiones sometidas á los tribunales federales, ni anular, alterar ó suspender sus sentencias ó decretos. Y recíprocamente, el Tribunal Federal no podrá intervenir en las cuestiones sometidas á los tribunales de los Estados, ni anular, alterar ó suspender las decisiones ú órdenes de éstos, excepto en los casos declarados expresamente en esta Constitución.

TÍTULO II.

LOS ESTADOS.

ART. 63. Cada Estado se regirá por la Constitución y las leyes que adopte, quedando entendido que respetará los principios constitucionales de la Unión.

ART. 64. Pertenecen á los Estados, las minas y los terrenos baldíos situados en sus respectivos territorios, teniendo la Unión solamente derecho á la parte de territorio que sea indispensable para la defensa de las fronteras, fortificaciones, construcciones militares y ferrocarriles federales.

Párrafo único. Las propiedades nacionales que no fueren necesarias para el servicio de la Unión, pasarán al dominio de los Estados en cuyo territorio estuvieren situadas.

ART. 65. Los Estados están autorizados para:

1. Celebrar entre sí, acuerdos y convenciones que no sean de carácter político. (Véase el art. 48, No. 16.)

2. Ejercer en general cualquier poder ó derecho que no esté negado por una cláusula expresa ó implícita contenida en la Constitución.

ART. 66. Á los Estados les está vedado:

1. Negarse á dar fe á los documentos públicos de la Unión ó de cualquiera Estado de índole legislativa, administrativa ó judicial.

2. Rechazar la moneda ó las emisiones bancarias que circulen por un acto ó ley del Gobierno federal.

3. Hacer ó declarar la guerra entre sí y hacer uso de represalias.

4. Rehusar la extradición de criminales reclamados por los tribunales de otros Estados ó del Distrito Federal, con arreglo á las leyes de la Unión que á esta materia se refieren. (Véase el art. 34, No. 32.)

ART. 67. Salvas las restricciones especificadas en la Constitución y en las leyes federales, el Distrito Federal será administrado por las autoridades municipales.

Párrafo único. Los gastos de carácter local en la capital de la República, incumben exclusivamente á las autoridades municipales.

TÍTULO III.

EL MUNICIPIO.

ART. 68. Los Estados se organizarán de tal modo, que quede asegurada la autonomía de los municipios en todo lo concerniente á sus intereses peculiares.

TÍTULO IV.

LA CIUDADANÍA BRASILEÑA.

SECCIÓN I.

Cualidades de los ciudadanos brasileños.

ART. 69. Son ciudadanos brasileños:

1. Los nacidos en el Brasil, aunque sean de padres extranjeros, con tal que el padre resida en el Brasil y no esté en el servicio de su nación.

2. Los hijos de padres brasileños y los hijos ilegítimos de madres brasileñas nacidos en países extranjeros, si establecieren su domicilio en la República.

3. Los hijos de padres brasileños que residan ó estuvieren en otro país al servicio de la República, con tal que no establezcan allí su domicilio.

4. Los extranjeros que hallándose en el Brasil el quince de Noviembre de mil ochocientos ochenta y nueve, no declarasen dentro de seis meses, á contar desde la fecha en que la Constitución se declaró vigente, su deseo de conservar la nacionalidad de su origen.

5. Los extranjeros que posean bienes raíces en el Brasil, y fueren casados con brasileñas ó tuvieren hijos brasileños, con tal que residan en el Brasil, á menos que manifiesten la intención de no mudar de nacionalidad.

6. Los extranjeros naturalizados de cualquiera otra manera.

ART. 70. Son electores los ciudadanos mayores de veintiún años que se inscriban ó registren con arreglo á la ley.

Párrafo 1. No pueden registrarse como electores para las elecciones federales ó para la de los Estados:

1. Los mendigos.

2. Los analfabetos.

3. Los soldados con paga, excepto los alumnos de las escuelas militares de instrucción superior.

4. Los religiosos de órdenes monásticas, compañías, congregaciones ó comunidades de cualquiera denominación, que estén sujetos á un

voto de obediencia, regla ó estatuto que equivalga á una renuncia de la libertad individual.

Párrafo 2. Son inelegibles los ciudadanos que no pueden registrarse.

ART. 71. Los derechos de ciudadanos brasileños sólo se suspenden ó pierden en los siguientes casos:

Párrafo 1. Se suspenden los derechos:

(a) Por incapacidad física ó moral.

(b) Por condenación criminal mientras duren sus efectos.

Párrafo 2. Se pierden dichos derechos:

(a) Por naturalización en país extranjero.

(b) Por aceptación de un empleo ó pensión de un Gobierno extranjero, sin permiso del Poder Ejecutivo Federal.

Párrafo 3. Una ley federal determinará las condiciones de la restitución de los derechos de ciudadanos brasileños.

SECCIÓN II.

Declaración de derechos.

ART. 72. La Constitución garantiza á los brasileños y extranjeros residentes en el país, la inviolabilidad de sus derechos relativos á la libertad individual y garantía de vidas y haciendas, en los términos siguientes:

Párrafo 1. Nadie podrá ser obligado á hacer ó dejar de hacer una cosa, sino en virtud de la ley.

Párrafo 2. Todos son iguales ante la ley. La República no admite privilegios de nacimiento, desconoce los fueros de nobleza, y extingue las órdenes honoríficas y todas sus prerrogativas y decoraciones, así como los títulos de nobleza.

Párrafo 3. Todos los individuos y denominaciones religiosas podrán ejercer pública y libremente su culto, asociarse con tal fin, y adquirir bienes, con tal que se observen las prescripciones del Derecho común.

Párrafo 4. La República sólo reconoce el matrimonio civil, cuya celebración será gratuita.

Párrafo 5. Los cementerios tendrán carácter secular y serán administrados por la autoridad municipal, quedando libre á todos los cultos religiosos la práctica de los respectivos ritos en armonía con sus creencias, con tal que no ofendan la moral pública y las leyes.

Párrafo 6. La instrucción dada en los establecimientos públicos será secular.

Párrafo 7. Ningún culto ó iglesia gozará de subvención oficial ni tendrá relaciones de dependencia ó de alianza con el Gobierno de la Unión, ó con el de los Estados.

Párrafo 8. Es lícito á todos asociarse y reunirse libremente sin armas, no pudiendo intervenir la policía sino para mantener el orden público.

Párrafo 9. Se permite á quienquiera que lo desee, dirigirse por medio de una petición á los Poderes públicos, denunciar los abusos de las autoridades, y hacer que se determine la responsabilidad ó delito de los delincuentes.

Párrafo 10. En tiempo de paz, cualquiera podrá entrar en el territorio nacional y salir de él sin pasaporte, con su fortuna y bienes, cuándo y cómo le convenga.

Párrafo 11. El hogar es el asilo inviolable del individuo, y nadie podrá penetrar en él de noche sin el consentimiento del morador, sino para ayudar á las víctimas de crímenes ó desastres, ni tampoco podrá penetrarse en él durante el día, sino en los casos y en la forma prescritos por la ley.

Párrafo 12. Podrá expresarse la opinión libremente acerca de cualquier asunto, por la prensa ó por la tribuna, sin someterse á la censura, siendo cada cual responsable de los abusos que cometa, en los casos y en la forma prescritos por la ley. No se permiten los anónimos.

Párrafo 13. Á excepción de los casos de *flagrante delicto*, la prisión no podrá ejecutarse sino después de haber habido una denuncia formal, salvo en los casos determinados por la ley, y mediante orden escrita de la autoridad competente.

Párrafo 14. Nadie podrá ser detenido en prisión sin formación de causa, salvo las excepciones especificadas en la ley, ni podrá llevarse á la prisión ni detenerse allí, si prestare la fianza debida en los casos en que la ley lo permita.

Párrafo 15. Ninguna persona será sentenciada sino por la autoridad competente, en virtud de una ley ya vigente y en la forma prescrita por ella.

Párrafo 16. La ley permite al acusado la más plena defensa y el uso de todos los recursos y medios indispensables para ella, empezando por la notificación de los cargos, que deberá entregarse al preso dentro de veinticuatro horas, firmada por la autoridad competente, junto con los nombres del acusador y de los testigos.

Párrafo 17. El derecho de propiedad se mantiene en toda su plenitud, excepto la expropiación por necesidad ó utilidad pública, previa indemnización. Las minas pertenecen á los propietarios del terreno, con excepción de las limitaciones que se establezcan por la ley para estimular la explotación de esta industria.

Párrafo 18. El secreto de la correspondencia es inviolable.

Párrafo 19. Ninguna pena se extenderá más allá del delincuente.

Párrafo 20. Quedan abolidas la pena de galeras y la del destierro judicial.

Párrafo 21. Queda igualmente abolida la pena de muerte por delitos políticos, salvo los casos comprendidos en las prescripciones de la legislación militar, en tiempo de guerra.

Párrafo 22. Siempre se concederá el *habeas corpus*, cuando el individuo sufra ó esté en inminente peligro de sufrir violencia ó compulsión á causa de alguna ilegalidad ó abuso de poder.

Párrafo 23. Á excepción de las causas que por su índole ó naturaleza pertenecen á tribunales especiales, no habrá fuero privilegiado.

Párrafo 24. Queda garantizado el libre ejercicio de toda profesión, moral, intelectual é industrial.

Párrafo 25. Los inventos industriales pertenecerán á sus autores, á quienes se les garantizará por la ley un privilegio temporal, ó el Congreso les concederá un premio razonable, cuando sea conveniente vulgarizar el invento.

Párrafo 26. Á los autores de obras literarias y artísticas, se les garantizará el derecho exclusivo de reproducirlas por la imprenta ó por cualquier otro procedimiento mecánico. Los herederos de los autores gozarán de este derecho por el tiempo que la ley determine.

Párrafo 27. La ley garantizará también la propiedad de las marcas de fábrica.

Párrafo 28. Á ningún ciudadano brasileño se le privará de sus derechos civiles ó políticos, ni se le eximirá del cumplimiento de cualquier deber civil, á causa de su creencia ó misión religiosa.

Párrafo 29. Los que alegaren un motivo de creencia religiosa para eximirse de cualquier deber que las leyes de la República impongan á sus ciudadanos, y los que aceptaren decoraciones ó títulos de nobleza extranjeros, perderán todos sus derechos políticos.

Párrafo 30. No podrá cobrarse ningún impuesto, sea cual fuere su índole, sino en virtud de una ley que lo autorize.

Párrafo 31. Se mantendrá la institución del jurado.

ART. 73. Los cargos públicos, civiles ó militares, serán accesibles á todos los ciudadanos brasileños, previa la observancia de las condiciones de capacidad especial que la ley estatuya, prohibiéndose, sin embargo, la acumulación de empleos remunerados.

ART. 74. Las comisiones, empleos y cargos vitalicios serán garantizados en toda su plenitud.

ART. 75. La jubilación sólo podrá ser concedida á los funcionarios públicos en los casos de incapacidad sobrevenida en el servicio de la nación.

ART. 76. Los oficiales del Ejército y de la Marina sólo perderán sus empleos por condenación ó sentencia de más de dos años de prisión, pronunciada después del debido proceso por los tribunales competentes.

ART. 77. Los militares de tierra y mar tendrán una jurisdicción ó fuero especial en los delitos militares.

Párrafo 1. Este fuero se compondrá de un Tribunal Militar Supremo cuyos miembros servirán por toda su vida, y de los consejos de guerra necesarios para la debida formación de las causas y el pronunciamiento del fallo que corresponda.

Párrafo 2. La organización y las atribuciones del Tribunal Militar Supremo serán reguladas por la ley.

ART. 78. La especificación de las garantías y derechos expresados en la Constitución, no excluyen otras garantías y derechos no enumerados, pero que son resultantes de la forma de Gobierno que ella establece y de los principios que consigna.

TÍTULO V.

DISPOSICIONES GENERALES.

ART. 79. El ciudadano investido con las funciones de cualquiera de estos tres poderes federales, no podrá ejercer las funciones de otro.

ART. 80. Se podrá declarar en estado de sitio cualquiera parte del territorio de la Unión, y suspender así las garantías constitucionales por un tiempo determinado, cuando lo exija la seguridad de la República en caso de agresión extranjera ó de conmoción intestina. (Art. 34, No. 21.)

Párrafo 1. No habiéndose reunido el Congreso y corriendo la patria inminente peligro, ejercerá esa atribución el Poder Ejecutivo Federal. (Art. 48, No. 15.)

Párrafo 2. Sin embargo, en el ejercicio de este poder, durante el estado de sitio, el Poder Ejecutivo se limitará, respecto á las personas, á las siguientes medidas de represión:

1. Á su detención en un lugar que no esté destinado á los reos de delitos comunes.

2. Al destierro á otras partes ó lugares del territorio nacional.

Párrafo 3. Tan luego como se reúna el Congreso, el Presidente de la República dará cuenta á dicho cuerpo de las medidas excepcionales que se hubieren tomado, explicando las razones tenidas para ello.

Párrafo 4. Las autoridades que hayan ordenado tales medidas, serán responsables de los abusos cometidos en relación con las mismas.

ART. 81. Las causas criminales terminadas podrán ser revistas en cualquier tiempo, en beneficio de los condenados, por el Tribunal Supremo Federal, á fin de reformar ó confirmar la sentencia.

Párrafo 1. La ley determinará los casos y la forma de la revisión que puede ser solicitada por el sentenciado, por cualquiera del pueblo, ó de oficio por el Procurador-General de la República.

Párrafo 2. En dicha revisión no podrán ser agravadas las penas impuestas por la sentencia que se examina.

Párrafo 3. Los preceptos del presente artículo se hacen extensivos á los procesos militares.

ART. 82. Los funcionarios públicos serán estrictamente responsables de los abusos y omisiones en que incurrieren en el ejercicio de sus respectivos cargos, así como de la indulgencia ó negligencia que mostraren con sus subalternos.

Párrafo único. Los funcionarios públicos estarán obligados mediante una promesa formal, que harán al tomar posesión de sus cargos, á desempeñar sus deberes legales.

ART. 83. Continuarán vigentes, mientras no sean revocadas, las leyes del antiguo régimen, en cuanto no sean explícita ó implícitamente contrarias al sistema de Gobierno establecido por la Constitución y los principios en ella consagrados.

ART. 84. El Gobierno de la Unión garantiza el pago de la deuda pública interna y extranjera.

ART. 85. Los oficiales de Marina y los de las clases anexas á ésta, gozarán de las mismas prerrogativas y ventajas que los del Ejército que pertenezcan á la misma categoría.

ART. 86. Todo Brasileño está obligado á prestar servicio militar en defensa de la patria y de la Constitución, en la forma prescrita por las leyes federales.

ART. 87. El Ejército federal se compondrá de contingentes que los Estados y el Distrito Federal están obligados á suministrar, en conformidad con la ley anual que fija el número de las fuerzas.

Párrafo 1. Una ley federal determinará la organización general del Ejército, de acuerdo con el No. 18 del artículo 34.

Párrafo 2. La Unión se encargará de la instrucción militar superior.

Párrafo 3. Queda abolido el reclutamiento militar forzado.

Párrafo 4. El Ejército y la Armada se compondrán de voluntarios, sin premio, y en caso de que este método fracase, se efectuará por sorteo previamente organizado.

Contribuyen al personal de la Marina, mediante sorteo, la Escuela Náutica, las de Aprendices de Marineros y la marina mercante.

ART. 88. Los Estados Unidos del Brasil en ningún caso se empeñarán en una guerra de conquista directa ó indirectamente, por sí ó en alianza con otra nación.

ART. 89. Se instituirá un Tribunal de Cuentas para liquidar las de los ingresos y egresos, y comprobar su legalidad, antes de ser presentadas al Congreso.

Los miembros de este Tribunal serán nombrados por el Presidente de

la República, con la aprobación del Senado, y solamente perderán su cargo por virtud de una sentencia judicial.

ART. 90. La Constitución podrá ser enmendada ó reformada por iniciativa del Congreso Nacional ó de las Asambleas de los Estados.

Párrafo 1. Se considerará propuesta una reforma ó enmienda cuando, habiendo sido presentada por una cuarta parte, por lo menos, de los miembros de cualquiera de las Cámaras, hubiere sido aceptada en tres discusiones por dos tercios de los votos en ambas Cámaras del Congreso, ó cuando haya sido solicitada por dos tercios de los Estados en el transcurso de un año, estando representado cada Estado por una mayoría de los votos de su Asamblea.

Párrafo 2. Dicha propuesta de enmienda se dará por aprobada si el año siguiente, después de tres discusiones, fuese adoptada por una mayoría de dos tercios de los votos de las dos Cámaras del Congreso.

Párrafo 3. La enmienda aprobada se publicará con las firmas de los Presidentes y Secretarios de las dos Cámaras, y se incorporará en la Constitución como parte integrante de ella.

Párrafo 4. No podrá ser admitido con objeto de someterse á la deliberación del Congreso ningún proyecto que propenda á abolir la forma republicana federal, ó la igualdad de representación de los Estados en el Senado.

ART. 91. Aprobada esta Constitución, será promulgada por el Presidente del Congreso y firmada por los miembros de éste.

DISPOSICIONES TRANSITORIAS.

ARTÍCULO 1. Promulgada esta Constitución, el Congreso, reunido en sesión general, elegirá en seguida, el Presidente y Vice-Presidente de los Estados Unidos del Brasil, por mayoría absoluta de votos, en la primera votación, y si ningún candidato obtuviere dicha mayoría, efectuará la elección, mediante una mayoría relativa, en la segunda votación.

Párrafo 1. Dicha elección se efectuará en dos escrutinios distintos para Presidente y Vice-Presidente, respectivamente, recibándose y contándose primero los votos para el Presidente, y procediéndose en seguida del mismo modo para los del Vice-Presidente.

Párrafo 2. El Presidente y el Vice-Presidente que así se elijan, ocuparán la Presidencia y la Vice-Presidencia de la República durante el primer término presidencial.

Párrafo 3. Para dicha elección no se admitirá ninguna incompatibilidad.

Párrafo 4. Concluída la elección, el Congreso dará por terminada su misión constituyente y, separándose en Cámara y Senado, entrará en el ejercicio de sus funciones normales el quince de Junio del corriente año, no pudiendo disolverse por ningún pretexto.

Párrafo 5. Durante el primer año de la primera legislatura, y en sus trabajos preliminares, el Senado designará los miembros del primero y segundo tercios de su personal, que han de cesar á fin del primero y segundo trienios.

Párrafo 6. Esta división se efectuará en tres listas, correspondientes á los tres tercios del Senado, graduándose los Senadores de cada Estado y los del Distrito Federal, según el orden de su votación respectiva, de manera que se distribuya primero el tercio del último trienio votado

del Distrito Federal y de cada uno de los Estados, y los dos tercios siguientes en los otros dos, según el número relativo de votos obtenidos.

Párrafo 7. En caso de empate, se considerarán favorecidos los de más edad, decidiéndose el punto por sorteo, cuando las edades fueren iguales.

ART. 2. El Estado que á fin del año de mil ochocientos noventa y dos no hubiere decretado su Constitución, será sometido por ley del Congreso, á la de aquella de los otros Estados que se considere más adaptable, hasta que el Estado sujeto á ese régimen la enmiende ó reforme por el procedimiento en ella determinado.

ART. 3. Á medida que los Estados se vayan organizando, el Gobierno Federal les entregará la administración de los servicios que por la Constitución les corresponden, y liquidará la responsabilidad de la administración federal en todo lo tocante á dichos servicios y al pago del personal respectivo.

ART. 4. Mientras los Estados se ocupen en regular sus gastos durante el período de organización de sus servicios, el Gobierno Federal les abrirá créditos especiales con tal fin, con arreglo á las condiciones establecidas por la ley.

ART. 5. En los Estados que se fueren organizando se declarará vigente la clasificación de las rentas establecidas en la Constitución.

ART. 6. En los primeros nombramientos para Magistrados federales y de los Estados, serán preferidos los jueces instruidos en el Derecho, y los jueces inferiores de más nota.

Los jueces que no fueren admitidos en la nueva organización judicial y que tuvieren más de treinta años de servicio, serán jubilados con su paga completa.

Los que tuvieren menos de treinta años de servicio, continuarán percibiendo su sueldo, hasta que sean empleados ó jubilados con el sueldo correspondiente á su tiempo de servicio.

Los gastos de los Magistrados jubilados ó de los puestos disponibles, los pagará el Gobierno Federal.

ART. 7. Se le concederá á Don PEDRO DE ALCÁNTARA, ex-Emperador del Brasil, una pensión que, á contar del quince de Noviembre de mil ochocientos ochenta y nueve, le garantice durante el resto de su vida, una subsistencia decente. El Congreso, en su primera sesión ordinaria, fijará el monto de esta pensión.

ART. 8. El Gobierno Federal adquirirá para la Nación, la casa en que falleció el Doctor Don BENJAMÍN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHAES, y en ella mandará colocar una lápida en homenaje á la memoria del gran patriota, fundador de la República.

Párrafo único. La viuda del expresado Doctor Don BENJAMÍN CONSTANT disfrutará, mientras viva, el usufructo de la mencionada casa.

Por tanto, ordenamos á todas las autoridades á quienes corresponde conocer y ejecutar esta Constitución, que ejecuten y hagan ejecutar y observar fiel y enteramente los preceptos que ella contiene.

Publíquese y cúmplase en todo el territorio de la nación.

Sala de las sesiones del Congreso Nacional Constitucional, en la ciudad de Río de Janeiro, el día veinticuatro de Febrero de mil ochocientos noventa y uno, y el terceró de la República.

INTERNATIONAL BUREAU OF
THE AMERICAN REPUBLICS
WASHINGTON, D. C.

AMERICAN CONSTITUTIONS



A COMPILATION OF THE
POLITICAL CONSTITUTIONS OF
THE INDEPENDENT NATIONS
OF THE NEW WORLD WITH
SHORT HISTORICAL NOTES
AND VARIOUS APPENDIXES

By
JOSÉ IGNACIO RODRIGUEZ
Chief Translator and Librarian

VOLUME I JULY, 1905

WASHINGTON
GOVERNMENT PRINTING OFFICE
1906
El